



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: SILVIA DA BANCADA FEMINISTA / ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO.

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 12/08/2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Para cumprir o Regimento, abro a sessão e, em seguida, suspenderei.

Na qualidade de membro da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 20ª Audiência Pública do ano de 2.022.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo, através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditoriosonline, e também pelo YouTube e Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

Esta audiência vem sendo publicada diariamente desde o dia 04 de agosto de 2022, no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo - www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual - e poderão ser feitas também de forma presencial, com os secretários da Comissão.

Suspendo a audiência por cinco minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência da Sra. Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Reiniciando os trabalhos, vou chamar alguns convidados e convidadas para comporem a Mesa os Srs.: Orlando Paixão, representante da Secretaria Municipal de Cultura, do Conpresp e do DPH; Luciana Araújo, Jornalista e representante do Coletivo Saracura Vai-Vai; Gisele Brito, Mestre em Planejamento Urbano, representante do Coletivo Saracura Vai-Vai; Camila Ribeiro Duarte Lisboa, representante do Sindicato dos Metroviários; Paula Nishida Barbosa, do Centro de Arqueologia de São Paulo.

Pergunto se o Sr. Clarício chegou. (Pausa) Ainda não. Deve estar para chegar.

Também convido, para compor a Mesa, a Sra. Marina Teixeira, representante do IPHAN; Dr. Simon de Andrade Martins Cardoso, da Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra do Brasil, da Executiva da OAB/São Paulo.

Os outros convidados e convidadas entrarão *on-line* para fazerem uso da palavra. Então, só está faltando a chegada, para compor a Mesa, do Sr. Clarício.

Também quero anunciar que está presente, ao meu lado, a Vereadora Elaine do Quilombo Periférico. (Palmas)

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO – Bom dia.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Quero, então, iniciar os trabalhos desta importante e imprescindível audiência pública. Digo que é uma honra para nós, para o nosso mandato da Bancada Feminista do PSOL, organizar com os movimentos sociais e com o Coletivo Saracura Vai-Vai esta audiência pública, porque para nós, para o nosso mandato, este é um tema muito caro, muito importante, muito imprescindível, que é a preservação da memória, ainda mais da memória negra da cidade de São Paulo. Nós temos, desde que começaram as obras do Metrô, as descobertas de vestígios arqueológicos do Quilombo Saracura, que, através de estudos históricos e arqueológicos e de vários outros estudos, se comprovou que naquela região, que naquele local, durou por todo o século XIX este quilombo que, na verdade, deu origem a toda a comunidade que hoje existe ainda naquele território e também à Escola de Samba Vai-Vai, que não tem mais a sua quadra lá, mas os componentes e a memória viva da Escola de Samba estão presentes ali no território. E, por tudo isso, também o movimento social que surgiu dali, o Coletivo Saracura Vai-Vai, reivindica a preservação dessa memória e que essas obras do Metrô não possam, de forma alguma, invisibilizar isso que foi tão importante e imprescindível para a história da nossa cidade. E por isso também reivindica que o nome da futura estação do Metrô se chama Saracura Vai-Vai e não 14 Bis.

Então, por tudo isso, por este tema ser tão importante, tão imprescindível para o nosso mandato é que nós estamos realizando esta audiência pública pela Comissão de Política Urbana da Câmara Municipal.

E, portanto, começo a chamar, então, os nossos primeiros convidados e convidadas a falar. Tem a palavra a Sra. Luciana Araújo, Jornalista e representante do Coletivo Saracura Vai-Vai.

A SRA. LUCIANA ARAÚJO – Bom dia a todas e a todos e todes.

Em primeiro lugar, eu sou Luciana Araújo. Sou Jornalista, moradora do Bairro do Bixiga há 15 anos, desde 2007. E o processo do Coletivo Saracura Vai-Vai surge a partir da informação de um amigo Arqueólogo, que perguntou: “Vocês estão sabendo que foi descoberto um sítio arqueológico que pode ter a ver com o Quilombo do Saracura, nas obras do Metrô?”. E eu não sabia e ninguém de nós sabia. Nós começamos a circular entre os amigos, vizinhos, moradores do bairro, nos grupos de *WhatsApp* que a gente já tinha de outras movimentações do bairro, porque a população do Bixiga tem uma tradição de organização grande. Ninguém sabia. Ninguém havia recebido essa informação, mesmo entre as pessoas que costumam acompanhar o Poder Público. Então, o nosso primeiro questionamento e impulso de nos organizar como um movimento surge daí, porque em um território que é sabido que é um território de origem negra, pelo menos para os órgãos públicos, como o IPHAN, como o Governo do Estado de São Paulo, a Prefeitura e a própria concessionária do Metrô. Está na historiografia, está nos arquivos jornalísticos que esse bairro surge de uma comunidade de resistência negra à escravidão, comunidade quilombola, mas encontram-se achados e isso não é notificado à população. Em vários lugares do mundo, inclusive, isso viraria parte de um ativo patrimonial do processo de construção do Metrô e a nossa primeira surpresa foi essa.

Então, quando começamos a conversar e nos reunimos pela primeira vez, no dia 13 de junho, uma das primeiras iniciativas que coletivamente deliberamos era a de fazer esses questionamentos aos vários órgãos envolvidos no processo de construção do Metrô. E acionamos, felizmente fomos bastante bem acolhidos, a Comissão da Verdade sobre a escravidão negra no Brasil, da Ordem dos Advogados do Brasil, em São Paulo, que oficiou o Governo do Estado, o IPHAN, a própria Prefeitura, depois o próprio representante da OAB pode detalhar os órgãos que foram oficiados elencando uma série de perguntas solicitadas pelo Movimento. Dentre elas isso, porque de pronto não foi notificada a população e a comunidade o encontro dos achados num território como esse.

Analisando os documentos do processo SEI da própria obra, que é um processo

público, está disponível na internet, mas infelizmente não é algo que qualquer cidadão, cidadã tenha acesso e até conhecimento para lidar com aquele tipo de documentação, verificamos também que há no processo portarias do IPHAN que liberaram a licença operacional da obra, ainda em 2015, independente – isso está documentado, está em *Diário Oficial* – da pesquisa arqueológica no território. Ainda que o IPHAN seja o órgão nacional responsável pela preservação do patrimônio quilombola e a Constituição e a Legislação Federal digam que qualquer sítio quilombola achado imediatamente torna aquele território um bem da União, do conjunto da população brasileira e que tem a obrigação de ser tombado e preservado.

Então, nosso segundo questionamento fundamental é porque o IPHAN, em minha opinião, essa é uma atitude à margem da lei, diria quase criminosa, porque tem uma legislação dizendo, se há um sítio, ele tem de ser tombado, tem de ser preservado, vai se construir num território onde já era sabida a possibilidade de encontrar um sítio. E é liberada a licença operacional, que é a licença master para que a obra prossiga independente dessa pesquisa arqueológica. A empresa fez, está fazendo, contratou empresa de arqueologia, mas o órgão público federal responsável por garantir a preservação desse patrimônio dispensou esse processo.

Por quê? A partir do nosso processo de mobilização e do caso ter ganho repercussão na mídia em virtude até da própria documentação contida no processo e desse tipo de brecha que fomos verificando e que os jornalistas vêm tendo acesso. Também temos verificado uma postura ruim do ponto de vista do Poder Público, que receamos seja uma tentativa de um pouco desqualificar a nossa mobilização, porque no dia do nosso ato, em 02 de julho, em frente ao canteiro de obras, foi informado pela Prefeitura ao jornal *Folha de S.Paulo*, isso está publicado, que não havia nenhuma solicitação do movimento formal em relação às demandas que temos, particularmente em relação à questão da denominação da estação, sendo que no dia 22 de junho, a entrevista foi conferida à *Folha de S.Paulo*.

Em 02 de julho, nós havíamos tido a primeira reunião com o Conpresp, inclusive, temos a ata de registro dessa reunião, a ata 757 de uma reunião extraordinária do Conpresp, na

qual o tema do sítio foi levado para que fosse adendado ao debate de um processo que já estava em andamento no Conpresp, fruto do deslocamento da Vai-Vai. E, inclusive, nessa reunião do Conpresp, além de formalizarmos todas as nossas demandas, que são a manutenção dos achados no local, a construção de um memorial que dê conhecimento à população desse resgate histórico, a mudança do nome da estação e um projeto de educação patrimonial que envolva toda a comunidade no debate de como vai se disseminar o conhecimento da história de que o Bixiga não é um bairro somente italiano, é um bairro afro-italiano, como mínimo, porque a sua origem é afro. E tínhamos apresentado essas reivindicações ao Conpresp, elas estão registradas em ata, o próprio Conselho indicou seguir acompanhando o processo de escavações da obra e dos achados que fossem relativos ao sítio e uma semana depois o Poder Público informa à imprensa que não temos nenhuma demanda apresentada ao Poder Público.

A própria Comissão da Verdade da OAB encaminhou a todos os órgãos demandas solicitadas por nós formalmente. A Ordem dos Advogados do Brasil não é exatamente uma instituição neste país que não mereça respeito. E posteriormente a isso, no dia 08 de julho, novamente ao *O Estado de S.Paulo*, e isso nos foi questionado no processo de construção da matéria, por isso tivemos acesso a essa informação. O Jornal *O Estado de S.Paulo* estava fazendo uma cobertura que foi posteriormente publicada e ao nos entrevistarem, a mim e outros integrantes do movimento, ao ouvir as nossas demandas e ao entrevistar os representantes dos Poderes Públicos, a resposta é que também não tínhamos encaminhado à Secretaria de Transportes, ao Governo do Estado, nenhuma formalização das nossas demandas, sendo que isso já tinha sido encaminhado também por meio de ofício, já que não somos uma instituição com CNPJ. Somos uma articulação de moradores, de pesquisadores, pessoas que vivem no bairro, simpáticos à causa, militantes de movimentos sociais, mas não temos um CNPJ, nos constituímos como coletivo no dia 13 de junho. Então, por que o Poder Público já numa atitude reiterada insiste no discurso de que não temos formalizadas as nossas demandas, sendo que há os registros dessas formalizações anteriores.

E, por último, para encerrar, considero que o debate com a comunidade é

fundamental e muito importante. Agradecemos particularmente aos mandatos das Vereadoras e Vereadores que se empenharam em construir esta audiência, em buscar esse diálogo conosco e com os órgãos responsáveis, ainda que num horário muito ruim para a população. Nós trabalhamos, muitos de nós deixamos o dia de trabalho para estar aqui hoje, outros não puderam fazer isso, então, acho que é um registro importante.

E que a comunidade de fato seja ouvida, porque a comunidade de Higienópolis foi ouvida quando não quis o Metrô para gente diferenciada no seu território. A comunidade japonesa foi ouvida quando a Estação Liberdade teve o seu nome alterado para Estação Japão-Liberdade. A comunidade do entorno das estações Corinthians-Itaquera, Palmeiras-Barra Funda, foi ouvida. Não pode ser que a única comunidade que siga sem voz porque, inclusive, em 2016, antes das irregularidades do contrato anterior e da paralização da obra já havia sido publicado, inclusive, nos jornais da cidade de São Paulo que o curso daquela obra seria desviado em função da Vai-Vai. Não o foi, a Vai-Vai foi expulsa novamente do seu território e a quadra foi demolida.

Embaixo da quadra coincidentemente foram encontrados os achados da época do Quilombo Saracura, e não é possível que o Metrô passe por cima disso. Queremos Metrô, precisamos de Metrô, inclusive, para a população que morava no Bixiga, que vivia no território e foi expulsa para a zona Norte da Cidade, para a região onde hoje é o território de Cidade Tiradentes e que passa três, quatro horas no ônibus todo dia, para vir de Cidade Tiradentes trabalhar no Centro de São Paulo o Metrô é muito importante. Queremos o Metrô, mas não queremos que ele siga passando por cima da história negra e da resistência à escravidão da cidade de São Paulo.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Luciana.

Quero chamar para compor a Mesa, o Sr. Eric Augusto, Assessor Especial do Gabinete da Secretaria de Cultura.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Então está bem. Chamo

nossa próxima convidada para fazer uso da palavra, Sra. Gisele Brito, Mestre em Planejamento Urbano, do Coletivo Saracura Vai-Vai.

A SRA. GISELE BRITO – Bom dia.

Obrigada pela oportunidade de estar aqui. A Luciana já falou coisas bastante importantes, só vou enfatizar algumas delas e também falar um pouco da importância disso para uma outra escala. Para o Bixiga essa reivindicação começa, essa luta começa no Bixiga porque é um bairro mobilizado que valoriza a sua história, mas essa discussão é muito importante para São Paulo, para o Brasil, porque é uma discussão fundamental para entender a presença negra na cidade de São Paulo e consequentemente a presença negra no Brasil.

Então, esse sítio arqueológico que já está registrado, foi encontrado em um dos territórios talvez mais importantes para entendermos a presença negra e as resistências negras no Brasil durante o período da escravidão e pós-escravidão. O Quilombo Saracura é um quilombo urbano numa condição muito diferente de vários quilombos que se têm conhecimento e também da ideia difundida do que é quilombo. É um quilombo urbano numa Cidade, que quando vem a falsa abolição, tinha só 10% da população negra na Cidade e ainda era escravizada, a restante já era livre, liberta ou alforriada. E esses 10%, boa parte eram chamados de escravos de ganho, que precisavam exercer atividades de trabalho e depois pagavam no fim do dia para os seus donos.

E essa população não vivia como imaginamos tradicionalmente em uma senzala. Estamos falando de uma população que precisava buscar sua própria moradia e podemos imaginar que o Bixiga era esse lugar, porque o Bixiga era uma periferia, um território distante do Centro, distante de onde viviam as elites, afastado, protegido por um ambiente natural que hoje pouco conseguimos ver por conta das mudanças feitas. Tinha um rio, colinas que dificultavam o acesso, uma mata que dificultava o acesso, era um lugar distante.

Então, já nasce de um processo de racismo ambiental. Era um ambiente desinteressante e por isso era um quilombo e por isso a população negra buscou aquele território para se refugiar. Mas quando vem a falsa abolição essa população continua no território em outro

regime e esse período também é fundamental para entendermos a presença negra em São Paulo, porque a partir dali vão se organizar movimentos, vão se organizar formas de vida e vão se organizar as famílias. E tudo o que sabemos sobre esse território tem a ver com os estudos, mas também tem a ver com a presença viva permanente daquele território. A nossa cultura oral mantém viva essa história, quem chega no Bixiga conhece a história do Bixiga porque é contada. E temos uma oportunidade de saber mais sobre essa história a partir desses achados materiais.

Um prato, um utensílio doméstico conta muito sobre a história. É assim que a história branca é contada, as pirâmides do Egito são um achado arqueológico e aquelas pirâmides contam muito da história de como viviam aquelas pessoas e faz com que sejam desmistificadas coisas que são feitas para nos manter ignorantes da nossa própria história.

E no Bixiga temos a possibilidade de conhecer muita coisa, temos a possibilidade de conhecer como era essa vida num quilombo, como era essa vida pós-abolição, como eram os rituais religiosos que aconteciam ali mesmo antes do Candomblé em si chegar em São Paulo. E mesmo sobre a origem dos sambas, enfim, coisas que nem sabemos, porque as perguntas não foram feitas, como diz um amigo meu jornalista, o Tiago Borges, o mais importante é a pergunta. Temos uma imagem sobre o que é a ocupação negra, o que foi esse período, mas esses achados podem contar muitas outras coisas.

Então, a reivindicação inicial, principal e essencial é que esses achados sejam preservados e por que isso é uma preocupação? Uma escavação não é uma coisa que preserva, imagina passar um tatuzão ali, não vai preservar nada. Então, uma vez que foi reconhecido, foi feito o primeiro trabalho de reconhecer e isso tem toda uma legislação de preservação a partir disso, mas precisamos lembrar que o racismo tem responsáveis, mas é muito fácil ser racista, não precisa de muito esforço para ser racista numa sociedade como a nossa. Agora, ser antirracista demanda um esforço.

Então, é preciso que esse território seja estudado a partir de um entendimento, de uma outra forma de ocupar, de viver, que era a forma das populações afro-brasileiras, africanas, escravizadas e livres que estavam naquele território. Tivemos a oportunidade de, no Alasca, vou

contar um pouco esse trecho que acho importante, apesar de todo o trâmite formal que parece ser cumprido ali, é preciso dizer que havia muitos livros lá sobre a cerâmica europeia e não tinha nenhum livro sobre rituais de Candomblé. E é impossível identificar, vincular peças naquele território, objetos daquele território sem abrir para outras possibilidades, outras referências.

E não adianta a expressão da boa vontade, não dá mais para as pessoas se afirmarem antirracistas e não produzirem isso de fato. Então, é preciso que no programa arqueológico, que é um dos documentos necessários, formais, é preciso que a hipótese dos quilombos esteja consolidada e seja uma hipótese real de busca, porque senão vão se encontrar coisas e não vão se vincular, não serão capazes de pensar nelas dentro de uma cosmologia negra. Isso é fundamental, não adianta, dentro do projeto, do programa de arqueologia a palavra quilombo aparece uma vez vinculada ao Bixiga em um parágrafo de três linhas. Então, estão todos dizendo que sabem que é quilombo, mas isso precisa estar documentado, precisa ser um ponto de partida das buscas que estão sendo feitas ali.

Também, de novo, falando da escala disso, essa é uma estação dentro de uma linha que já nasce privada e vem sendo chamada de LinhaUni. Outra reivindicação importante é a mudança do nome da estação, porque o nome conta a história e vai contar a história de um rio que está lá, que ainda está lá, de uma escola de samba que não é apenas uma escola, é um dos principais patrimônios não só negros desta Cidade e que foi removida. Jamais o Metrô pensaria um projeto para remover a Pinacoteca do Estado, para remover o MASP, faz isso por racismo. Só o racismo pode imaginar que é possível remover a Vai-Vai, um patrimônio do tamanho da Vai-Vai, com a história da Vai-Vai.

Mas há outra narrativa que pode ser contada, essa linha é uma linha negra. É uma linha que vai passar por territórios negros. A Brasilândia é um território negro, o próprio Pacaembu tem relações com a história negra na Cidade. Essa linha passa por vários territórios negros muito importantes onde também, se procurar direitinho, vamos encontrar materialidade, achados materiais negros.

De novo, esse documento produzido sobre o programa arqueológico caracteriza

muito bem a Brasilândia como um território negro, usando uma bibliografia que poderia ser usada para o Bixiga também. Isso não é à toa, isso não é coincidência. É porque a Brasilândia continua com o seu status de periferia. Então, é fácil vincular uma periferia ao território negro; agora vincular uma área central, que vem num processo de desenvolvimento, ao território negro, à história negra, aí não, é um pouco demais, aí vamos encher páginas e páginas e páginas, então, da ocupação italiana. Isso não é à toa, isso é uma manifestação do racismo de como a nossa sociedade se estrutura.

Então, essa linha inteira que tem essa preocupação teve um processo de licenciamento que nos parece muito suspeito. Apenas as estações da região Oeste e as Estação Higienópolis tiveram um pré-projeto arqueológico, conforme consta nesses documentos que são públicos.

A terceira reivindicação é a manutenção desses achados no território, a patrimonialização e a musealização; mas também é preciso dizer, desde já, que não adianta tirar também só tirar dali e colocar exposto, a gente quer que isso seja estudado para que isso contribua com a nossa história, para contar a história do País; e isso tem um custo, que precisa ser colocado em contrato.

Essa linha já nasce privatizada, então quem vai pagar por isso, já que o dinheiro da passagem que será pago, quando a gente entrar nessa estação vai para a concessionária, a Acciona? Inclusive, um museu naquele local gera um atrativo para uma estação. Então, esse dinheiro não pode sair dos nossos bolsos, dos cofres públicos, ele tem que sair de quem vai lucrar com isso.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Sra. Gisele, pela importante exposição.

Registro a presença da Vereadora Ely Teruel, Vice-Presidente da Comissão de Política Urbana, de forma *on-line*.

Convido nosso próximo convidado, o Sr. Simon Cardoso, vice-presidente da

Comissão da Verdade da Escravidão Negra do Brasil na OAB, para fazer o uso da palavra.

O SR. SIMON CARDOSO – Bom dia a todos, a todas, a todes.

Agradeço a Vereadora Silvia por esta oportunidade de abrir espaço de um debate tão importante para a nossa sociedade. Eu estou como 2º Vice-Presidente da Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra do Brasil da OAB de São Paulo e qual é o objetivo especial da nossa Comissão da Verdade? Trazer justamente a verdade, trazer a realidade, como deveria ser contada realmente a história, e não da forma como está sendo contada. E justamente para quê? Para evitar apagamento histórico, porque se a gente não tiver o devido cuidado e a devida cautela isso pode acontecer novamente.

Então não há como a gente não apoiar o movimento da Saracura Vai-Vai. E não estamos só apoiando, mas acompanhando e fiscalizando; tanto que, aproveitando da força institucional da OAB, nós já expedimos ofícios para buscar informações da Acciona, do Governo do Estado de São Paulo, do IPHAN, do DPH do Município de São Paulo, Conpresp, Fundação Palmares e do Ministério Público Federal: Quais são as medidas e ações que estão sendo tomadas para preservar esses vestígios arqueológicos encontrados?

Também estamos questionando sobre o andamento da obra do Metrô. Não seria o caso de suspender o andamento da obra? “Ah, mas feito um cercado sobre o local onde foram encontrados os vestígios”. Mas será que não existem outros vestígios soterrados ali que poderiam ser destruídos com o seguimento da obra? Questionamos isso através do nosso ofício.

E logicamente que também estamos buscando uma posição, especialmente do Estado, sobre essa possibilidade de abrir um museu, um memorial na estação, justamente para preservar a história; e, com certeza, porque o mínimo de reparação histórica que a gente vê é com a possibilidade de alterar o nome da estação para Saracura Vai-Vai.

Portanto, não estamos nos posicionando apenas por questão de ser justo, mas também por questão legal: estamos rogando, nada mais, pelo cumprimento da lei. E eu não estou falando de qualquer lei, estou falando da lei máxima, a Constituição Federal: o artigo 226, Parágrafo V da Constituição diz que é dever do Estado tomar qualquer vestígio arqueológico

de comunidades quilombolas. Então, como OAB, estamos simplesmente rogando por esse cumprimento da nossa carta magna, da nossa lei máxima.

E a nossa Comissão da Verdade tem essa especialidade de preservar a história, de evitar o apagamento histórico, justamente para tentar combater um pouco do déficit de conhecimento histórico que a nossa sociedade tem.

A narrativa histórica que é contada, que aprendemos, não é muito bem a verdade, é uma narrativa mais voltada à luz do homem branco, do europeu, e isso acaba contribuindo com essa questão do racismo velado, desse mito da democracia racial que fala que “somos todos iguais”, de que não existe cor, de que somos todos morenos. E tudo isso está dando tão certo para eles que somos praticamente a maioria da população, mais de 50% da população, não me lembro da porcentagem certa, e vemos a desigualdade.

Se tivéssemos o mínimo de consciência sobre a história, provavelmente não teríamos Presidente e outros líderes políticos brancos, teríamos numa proporção equivalente à população do País. Tudo por falta do desconhecimento da nossa história.

Contando um exemplo de mim mesmo, eu aprendi na escola a idolatrar a Princesa Isabel por ter sido a responsável pela abolição da escravidão. E não é contado para nós a forma criminosa como foi abolida a escravidão e as suas consequências. A gente realmente cresce achando que a Princesa Isabel foi a boazinha que um dia quis realmente acabar com a escravidão e fez todo aquele apagamento dos verdadeiros responsáveis, do movimento negro, que lutaram durante décadas, séculos, pelo fim da escravidão; mas a Princesa Isabel que acaba ganhando esses louros sendo a nossa salvadora branca.

Por isso, estamos brigando para evitar o apagamento histórico, especificamente na história dos bairros, cuja história foi apagada, como o bairro da Liberdade, que é originalmente da comunidade negra, mas que a maioria das pessoas não sabem disso. Hoje é um bairro tipicamente oriental e tem a sua estação de metrô chamada Japão-Liberdade, nada relativo à comunidade negra daquela época.

E falando do Bixiga, que é o caso específico desta audiência: será que as pessoas

sabem que ali vivia uma comunidade negra, uma comunidade quilombola chamada Saracura?

Será que a maioria das pessoas sabem que, nos anos 1900 e pouco, ali era chamada de “Pequena África”, que ali começaram os sambistas, onde foi aberta a escola de samba Vai-Vai? E as pessoas sabem que a maioria das pessoas da comunidade negra que ali viviam foram empurradas para o extremo da zona Leste, para a região de Cidade Tiradentes, em razão da valorização imobiliária, por conta da construção de mansões na av. Paulista? As pessoas não sabem disso.

Eu mesmo, até há pouco tempo, não sabia disso; eu, homem negro advogado, ligado à causa, não sabia disso até pouco tempo atrás não sabia disso, quanto mais as pessoas leigas que estão preocupadas apenas em colocar o arroz e feijão dentro de casa; quanto mais pessoas brancas, que nem sequer se preocupam de verdade com o racismo; e quanto mais pessoas que são, de fato, racistas e não querem mudar o sistema.

É muito doloroso e complicado disso. Não tem como não apoiar esse movimento, para que haja um projeto bem claro sobre essa preservação desses vestígios; e não só um projeto nesse sentido de preservação, mas também um projeto educacional, para que as próximas gerações realmente saibam a real história, não que é um bairro tipicamente italiano e só. Que também realmente dê certo este projeto e que haja um museu, um memorial, na estação, ou um memorial a céu aberto – não importa –, mas que esses vestígios não sejam levados para outro local.

Ouvi falar que esses vestígios históricos poderiam ser levados ao Rio de Janeiro, ou a algum local fora da Cidade, e não faz sentido algum. Esses vestígios foram encontrados aqui, têm que permanecer aqui, pois foi aqui onde se passou a história, onde deve ser lembrada. As pessoas precisam passar na rua e se lembrarem de que ali era um local de origem dos descendentes do quilombo Saracura, não passar batido que é um bairro italiano.

O mínimo que se espera é que essa estação do Metrô seja chamada Saracura Vai-Vai, em homenagem ao quilombo, em homenagem a Vai-Vai, que também foi expulsa do seu espaço com essa obra. Por isso que a gente apoia esse movimento.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Sr. Simon.

Convido para fazer o uso da palavra o Sr. Orlando Paixão, Vice-Presidente do Conpresp – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – representante da Secretaria Municipal de Cultura.

O SR. ORLANDO PAIXÃO – Quero cumprimentar a Vereadora Silvia da Bancada Feminista, a Vereadora Elaine do Quilombo Periférico, que tiveram a iniciativa desta audiência pública sobre um tema relevantíssimo que tem a oportunidade de trazer uma nova visão, uma nova roupagem, uma nova história, para um lugar importantíssimo para a cidade de São Paulo, para o Estado de São Paulo e para a história do povo negro deste país.

Recentemente, nós tivemos a oportunidade de trazer esse mesmo olhar, essa nova recontagem de uma história, no bairro da Liberdade, através da instalação da estátua da Madrinha Eunice, onde tivemos a oportunidade de demonstrar para a população a história do povo negro que ali está encravada e não há como apagar, evidentemente não buscando afastar a identidade nipônica que existe naquele local.

Da mesma forma, nós acreditamos que isso acontecerá também no bairro do Bixiga, em função dos achados arqueológicos que ali já estão sendo descobertos. Nós, da Secretaria Municipal de Cultura, do Conpresp, temos também o Centro de Arqueologia de São Paulo, o CASP, que fica dentro do DPH, e temos imprimido todos os esforços para colaborar positivamente nesse processo, que é uma demanda não só da Secretaria Municipal de Cultura, mas da sociedade, de todos nós. E todos estamos imbuídos no sentido de trazer a visibilidade de tudo isso que aqueles que me antecederam colocaram aqui. É nesse sentido que nós estamos trabalhando, Vereadora.

O Presidente do Conpresp, Ricardo Ferrari, e a Secretária Aline não puderam comparecer porque já haviam se comprometido com outras ações há muito tempo. Mas nós estamos atuando junto ao acompanhamento, que já era de praxe do departamento; ainda mais depois da descoberta dos achados. Nós estamos com os órgãos de proteção das outras

instâncias também, em conjunto, fazendo toda essa avaliação e acompanhando, *pari passu*, para que possamos dar a melhor destinação possível dentro de tudo o que está acontecendo naquele local.

Nós já recebemos alguns achados da Linha 06 no Centro de Arqueologia de São Paulo e continuamos recebendo. E, no momento oportuno, evidentemente, dentro das demandas que estão sendo colocadas, a Secretaria estudará junto a todos os envolvidos como poderá ser feita a destinação dos achados daquele local.

Portanto, é nesse sentido que participamos desta audiência. Faço essa breve introdução e estamos à disposição para o que precisarem.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Sr. Orlando Paixão.

Em seguida, convido o Sr. Eric Augusto, Assessor Especial do Gabinete da Secretaria de Cultura, para fazer o uso da palavra.

O SR. ERIC AUGUSTO – Bom dia a todos e a todas, Vereadoras. É extremamente importante a gente debater a memória do nosso povo, e vim em nome da Secretária Aline Torres dizer que apoiamos e valorizamos essa questão da nossa memória histórica, que é extremamente importante.

Em relação aos achados, é um compromisso da Secretaria Municipal de Cultura estar presente nesse processo e na preservação deles. E é importante a gente também ressaltar o nome da estação e, mais para frente, pensar no memorial.

A Sra. Paula pode falar melhor em relação ao Centro de Arqueologia, que é extremamente importante essa questão.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Convido a Sra. Paula Nishida Barbosa, Centro de Arqueologia de São Paulo.

A SRA. PAULA NISHIDA BARBOSA – Bom dia. Eu realmente estou muito feliz e

grata de participar de um diálogo como esse, porque é sempre um aprendizado e uma oportunidade de ampliarmos as nossas ações.

Assim como nós atuamos em relação aos achados do Cemitério dos Aflitos, quando o Centro de Arqueologia indicou o local como uma potencial área arqueológica e conseguimos um destaque importante para essa região, baseados numa linha crescente que vem dentro da arqueologia brasileira, que é a arqueologia da diáspora africana: olhar para esses artefatos, esses testemunhos, para além da escravidão e mostrar as resistências, mostrar as jornadas para além da escravidão.

Então, é assim que o Centro de Arqueologia olha para as evidências, para os territórios negros, os territórios que trazem a jornada das culturas africanas, das culturas dos afrodescendentes. E, nesse sentido, temos tentado estimular as pesquisas, porque nós temos mais de dois milhões de peças no nosso acervo, de uma cidade que tem mais de 70 sítios arqueológicos, com várias narrativas que estão sendo apagadas ao longo do tempo. E esse é o papel da arqueologia urbana: manter essas narrativas à tona. E essa arqueologia somente é possível aliada à comunidade, somente é possível junto da sociedade.

Entendemos que, dentre esses dois milhões de peças, não é possível que não haja nada sobre a diáspora africana. Então vimos, nos últimos anos, tentando estimular que as pesquisas olhem para esse acervo com esse cuidado.

Como foi dito aqui na Mesa, temos essa formação europeia. E se temos essa formação sob o ponto de vista europeu, é lógico que não vamos saber reconhecer a narrativa indígena, não vamos saber reconhecer a narrativa das outras culturas. Nós estamos aprendendo. Estamos aqui para ouvir.

Sabemos da importância desse acervo. Estamos aqui para contribuir. E o Centro de Arqueologia está aberto para qualquer pessoa que queira conhecer essas outras histórias da cidade de São Paulo. E estou aqui para responder qualquer dúvida que seja possível eu responder. Estamos aqui mais para ouvir e colaborar.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Paula.

Duas coisas antes de eu passar a palavra ao próximo orador. Primeiro: as inscrições para quem está presencialmente na audiência já estão abertas com os nossos assessores da Comissão. Levante a mão, Cido, para o pessoal te ver. Quem não se inscreveu *on-line* e quiser se inscrever para falar na audiência presencialmente pode falar com o pessoal da Assessoria.

A outra coisa é que o Sr. Claricio, representante a Vai-Vai, não conseguiu vir.

Alguém representa a escola de samba?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Você está representando a escola de samba?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – O presidente da Escola de Samba Vai-Vai não pôde estar presente, mas mandou um representante, o Sr. Ivan Lima, que é da Equidade Racial e também representa o Instituto União Afro Brasil.

Com a palavra, o Sr. Ivan Lima.

O SR. IVAN COSTA LIMA – É com imensa satisfação e muita honra que estou nesta Mesa, ainda mais por conta de uma luta importantíssima do nosso povo.

Quero saudar as Vereadoras, saudar todos os integrantes da Mesa.

Quero saudar a nossa população negra; em especial, do Quilombo Saracura e da Escola de Samba Vai-Vai, da Bela Vista.

O Presidente Clarício hoje está no hospital, na Vila Alpina, com o filho internado. Então ele me ligou e pediu para que eu pudesse justificar a sua ausência. E pediu para dizer que ele está junto nessa luta.

Também falei com o Sr. Fernando Penteado, que é um dos diretores históricos da Embaixada do Samba.

E estou aqui neste momento como sambista. Eu tenho 51 anos de idade e 48 desfiles de Carnaval. Desde os três anos até hoje, eu nunca perdi um desfile. Eu comecei na São João, Tiradentes, e, agora, no Sambódromo do Anhembi.

Meus avós e meus pais são dirigentes do Carnaval de São Paulo. Meu avô é um dos fundadores da UESP– União das Escolas de Samba Paulistana. Meu pai, Celso Lima, foi um dos dirigentes do Carnaval de São Paulo. Então eu trago essa ancestralidade.

Estou aqui para dizer, muito rapidamente, que nós não somos descendentes de escravos, como dizem os livros escolares, nós somos descendentes de grandes civilizações africanas, de reinados fortes e poderosos, de reis, rainhas, príncipes e princesas. Somos fruto de um povo que desenvolveu a escrita, a astrologia, as ciências e as pirâmides. Somos parentes de homens e mulheres que desenvolveram técnicas agrícolas e de metalurgia, imprescindíveis para os ciclos econômicos do Brasil – seja o ciclo da cana, no Nordeste; o ciclo do ouro e minérios de Minas Gerais; ou o ciclo do café, Rio de Janeiro e São Paulo, fundamentais para o desenvolvimento do Estado de São Paulo e do Brasil.

Existe uma história dos negros e da África sem o Brasil, mas não existe uma história do Brasil sem os negros e sem a África. E é por isso que eu fiz questão de estar aqui hoje.

Inclusive, este ano eu tive a honra de desfilar pela Escola de Samba Vai-Vai. Ontem eu estava com um dos maiores compositores do Brasil, o Zeca do Cavaco.

E quero dizer a vocês o seguinte: essa invisibilidade, essa luta, esse reconhecimento do território e essa valorização são fundamentais para que posamos realmente, principalmente daqui para o futuro, reescrever a nossa história negra no Brasil.

E quero me colocar à disposição de todo esse movimento, de toda essa luta, inclusive para articulações, como no caso do nome da estação – Quilombo Saracura/Vai-Vai.

Conversei com a Profa. Cleide da Faculdade Zumbi dos Palmares, e também com o nosso escritor Abílio Ferreira, sobre o fato de haver esses sítios arqueológicos e também sobre o encontro dessa história viva que vemos continuando no quilombo urbano da Vai-Vai, para que possamos ampliar essa luta, para que os outros territórios negros também tenham esse reconhecimento. E, lógico, sem dúvida nenhuma, o foco é o Bixiga, é a Vai-Vai, é o metrô nesse momento, mas que possamos ampliar isso para um estudo científico que realmente passe a reconhecer toda a nossa luta, toda a nossa história, toda essa contribuição que eu citei no início,

porque, na realidade, ainda temos mais um tema fundamental este ano, Vereadora, o Bicentenário da Independência do Brasil, cujo protagonismo negro nesses duzentos anos temos que resgatar, para que as gerações futuras realmente possam ter a verdadeira história do Brasil, com a nossa contribuição, contada.

Eu me coloco à disposição para buscar uma reunião deste grupo com a Procuradoria-Geral do Estado.

Hoje, temos a Procuradora Inês Coimbra, com quem tenho falado muito com ela sobre esse assunto. E me coloco à disposição para que possamos ter uma reunião com a Procuradoria-Geral do Estado, ou até mesmo com o Governador do Estado, para tratar das demandas colocadas aqui – aliás, muito bem colocadas pela Luciana e pela Gisele, que também colocou com muita altivez toda essa nossa história. Então, quanto a essas demandas, pelo menos do ponto de vista do Governo do Estado, que possamos marcar uma audiência com a Procuradora, com o Governador ou com o Secretário.

Secretário de Transportes Metropolitanos, Fernando Hiro, estou dizendo publicamente que eu quero uma reunião, se o grupo entender que é importante essa articulação, para possamos nos sentar com as autoridades e decidir por valorizar e reconhecer a história do nosso povo na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo e no Brasil. Então peço que também a Secretaria de Transportes Metropolitanos possa receber esta comissão para poder realmente avançar para essas soluções.

Agradeço a oportunidade.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Ivan.

Peço que deixe o seu contato com a nossa Assessoria. Muito obrigada mesmo pela participação e representação da Escola de Samba Vai-Vai. Desejamos ao Presidente, Sr. Clarício, que o seu filho tenha a saúde restabelecida.

Para fazer uso da palavra, convido a nossa companheira, a representante do Sindicato dos Metroviários. Ela é coordenadora-geral do Sindicato dos Metroviários de São

Paulo. É a Sra. Camila Ribeiro Duarte Lisboa.

A SRA. CAMILA RIBEIRO DUARTE LISBOA – Bom dia.

Eu estou feliz de estar aqui.

Eu estou acompanhando a articulação deste grupo desde o início.

Eu trabalho na Estação Artur Alvim, na Linha 3 – Vermelha. E qualquer pessoa que usa o metrô, principalmente nós, que trabalhamos, estamos lá todo dia, sabe a importância que é expandir o Metrô. Sempre batalhamos, sempre defendemos, através da luta do Sindicato e com os trabalhadores, porque o Metrô de São Paulo precisa ser expandido.

Na verdade, o processo de expansão está acontecendo de forma tardia.

Com o surgimento da Companhia do Metropolitano, e esse novo sistema de transporte na cidade de São Paulo, que aconteceu lá década de 70, inclusive, já existiam questionamentos sobre por que o Metrô era tão restrito.

Por exemplo, a Linha 1 – Azul, para vocês terem ideia, teve o primeiro trecho de operação comercial entre a Estação Jabaquara e a Estação Vila Mariana. E já existia questionamento na época: por que não foram modernizadas as estações de trem que já existiam, nas regiões mais afastadas e periféricas, e foram criar o Metrô? Enfim.

Eu acho que esse processo de expansão é necessário, mas é um processo que está acontecendo tardiamente; e, na nossa opinião, de forma totalmente errada.

Totalmente errada porque o Governo do Estado de São Paulo, há alguns anos, há algumas gestões, optou pela privatização do transporte sobre trilhos. Com a criação da Linha 4 – Amarela, foi a primeira vez em que surgiu metrô privado na cidade de São Paulo. Desde a criação da Linha 4 – Amarela, o Governo do Estado de São Paulo, que sabemos que há muitas gestões, desde a década de 90, é governado pelo PSDB, optou pela privatização do sistema de transporte sobre trilhos. E em todos esses momentos o nosso sindicato esteve junto com os trabalhadores, com os moradores das regiões aonde chegou o Metrô, para lutar por uma expansão de qualidade e com responsabilidade pública.

Nós, inclusive, fazemos parte do *Movimento Metrô Brasilândia Já*, que é um

movimento que existe há muitos anos, porque a construção da Linha 6 – Laranja está superdemorada – era para ter sido inaugurada em 2022, e, na verdade, houve uma sucessão de adiamentos. E achamos que esse processo de privatização que está dando origem à Linha 6 – Laranja, que teve origem com a Linha 4 – Amarela, e que tomou a Linha 5 – Lilás, que era patrimônio público, é um processo que prejudica um direito fundamental da população: se deslocar.

Nós trabalhamos com a ideia constitucional de que transporte é responsabilidade social, portanto, responsabilidade e obrigação do Estado. E nós temos somado bastante luta contra todo esse movimento de concessão e de parcerias público-privadas, venda e leilões das linhas de metrô. Chegamos a fazer uma greve contra a privatização da Linha 5. Conseguimos, na justiça, que a Linha 15 do monotrilho não fosse privatizada – ela ainda é pública, mas foi toda uma luta. E nós nos somamos a essa luta em relação à Linha 6 – Laranja.

O consórcio que venceu o leilão de concessão é o Acciona, um grupo espanhol, e, assim como a Linha 4 – Amarela, vai ter todos os benefícios dessas formas de parceria público-privada em que o Estado entra com todo o dinheiro.

Nos contratos da Linha 4 e da Linha 5, o Estado garante que havia mobilidade, e a CCR não vai ter nenhum prejuízo durante 30 anos. Se essas linhas transportarem menos passageiros do que está previsto, o Estado vai dar o dinheiro público. E é isso que está sendo previsto também em relação à Linha 6 – Laranja. E nós achamos que esse processo de privatização destrói memórias, privatiza nomes.

Vejam o que está acontecendo na Linha 3 – Vermelha, Estação Carrão, que se chama Carrão – Assai Atacadista; a Estação Penha, que se chama Penha – Lojas Besni. Isso porque, em lugar de o Governo do Estado de São Paulo investir dinheiro público no Metrô, o Metrô está recorrendo a essa tática dos *namings rights*, em que as empresas pagam e a instituição pública faz propaganda permanentemente para as empresas privadas, a exemplo do que é o metrô no Rio de Janeiro, que foi privatizado e tem a Estação Botafogo – Coca-Cola. Daqui a pouco, vamos ver a Estação Consolação – McDonald's. É um absurdo. A Saúde é Ultrafarma. É

uma coisa que privatiza simbolicamente, inclusive, tira a responsabilidade de o Estado colocar dinheiro, e não discute com as comunidades o papel que as estações têm.

A própria Estação Japão-Liberdade nunca foi discutida com a comunidade, se era o certo aquela estação ser chamada de Japão-Liberdade. Nunca foi discutido. Simplesmente, associaram o que é a tradição do turismo, apagaram a história do bairro da Liberdade, a história do povo negro no bairro da Liberdade, e colocaram que o nome da Estação é Japão-Liberdade.

Inclusive, eu estava falando para a colega: outra coisa que poderíamos questionar é que, na Linha 5 – Lilás, tem uma estação que se chama Borba Gato. E na ocasião do acontecimento com a estátua, nós, como sindicato, quisemos entrar nesse debate público: vamos debater isso; como figuras como essa podem ter esse reconhecimento, inclusive com nome de estação, que é a Estação Borba Gato? A Linha 5 era pública, mas hoje ela é privatizada. E eu acho que isso vale para a discussão com a Estação 14 Bis, que, na minha opinião, teria de ser chamada de Saracura/Vai-Vai. E não somente por isso, mas por toda essa discussão fundamental que está sendo feita: respeitar o sítio arqueológico, a memória, o patrimônio histórico. Isso faz toda a diferença na vida dos movimentos sociais.

Nós estamos vivendo uma luta em relação à sede do nosso sindicato, que foi vendida. A nossa batalha, inclusive, é para que a sede do nosso sindicato seja tombada, porque naquele lugar foi feita história pelo povo trabalhador da cidade de São Paulo. Inúmeros movimentos sociais já se organizaram naquele espaço, nós nem consideramos que é uma sede somente de uma categoria. Temos orgulho de dizer que a sede do Sindicato dos Metroviários, no Tatuapé, é uma sede de todo o movimento social de São Paulo, de toda a esquerda, do movimento negro, do movimento das mulheres. Quantos encontros já fizemos lá? E queremos que essa memória seja respeitada. E é com essa lógica que achamos que a memória do Quilombo Saracura, a memória dos antepassados, das pessoas que fundaram a Vai-Vai, de todo o povo negro que organizou aquele espaço, tem que ser respeitada. Então é o respeito ao sítio arqueológico da Vai-Vai, o respeito à comunidade que construiu aquele bairro e um respeito à população paulistana da região, que merece transporte de qualidade, merece metrô, merece

metrô público, sem tarifa alta, com qualidade, e respeitando a nossa memória.

É isso aí. Valeu. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Camila Lisboa, Coordenadora do Sindicato dos Metroviários.

É muito bom e importante contar com o apoio deste sindicato para que de fato o nome da Estação seja Saracura Vai-Vai.

Antes de chamar a próxima convidada, convido para compor a Mesa a Sra. Carolina Iara, Covereadora da Bancada Feminista do PSOL – o nosso mandato é coletivo.

Também quero anunciar a presença da Covereadora Natália Chaves, também presente. (Palmas)

Tem a palavra a Sra. Gladys Mary Santos Sales, que fará uma apresentação.

Gladys, você já combinou a apresentação? Foram previstos quatro minutos para você? A sua apresentação tem quanto tempo?

A SRA. GLADYS MARY SANTOS SALES – Tem um pouquinho mais.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Quanto tempo mais?

A SRA. GLADYS MARY SANTOS SALES – É que trazemos alguns esclarecimentos de como o processo está dentro do IPHAN.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Mas você sabe quanto tempo mais?

A SRA. GLADYS MARY SANTOS SALES – Mas eu vou tentar fazer bem rapidinho.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Tá.

A SRA. GLADYS MARY SANTOS SALES – Bom dia aos presentes.

Eu gostaria de agradecer a presença de todos vocês e me apresentar. O meu nome é Gladys Mary Santos Sales, sou arqueóloga do IPHAN.

Gostaria de falar um pouco sobre a trajetória. Eu entrei no IPAHN por uma política afirmativa de cotas. Sou a primeira arqueóloga negra do IPHAN São Paulo. Esse processo não estava comigo. Eu entrei no último concurso de 2018 e fui chamada em 2019. O processo estava

com a Arqueóloga Marina Teixeira Figueiredo.

Nós temos que pensar que essa obra do metrô é gigantesca. O que estava sendo apresentado eram vários materiais de arqueologia urbana, muito vinculado à questão da industrialização da cidade e, quando surgiu a possibilidade de ter material arqueológico do Quilombo Saracura, o Iphan teve a sensibilidade de me colocar como parecerista com a outra Arqueóloga, para que pudéssemos pensar as políticas públicas dentro do órgão.

Gostaria de falar que acho esse movimento extremamente importante dentro do órgão. É algo relacionado à luta negra no nosso país, que conseguiu conquistar a política de cotas. Então, hoje, estou dentro de uma instituição que tem o poder de falar e de deliberar sobre o patrimônio cultural. E estou colocando à disposição o meu cargo e tudo o que representa o Iphan. Para que tenham a certeza de que não estamos aqui para nos impor enquanto órgão.

Nós estamos aqui para conversar com a comunidade, porque é ela quem é a herdeira e tem que falar como ela quer fazer a apresentação e assegurar a salvaguarda do seu patrimônio.

O Iphan é uma autarquia federal, um órgão público. Nós somos servidores públicos. Então, estamos a serviço de todas as identidades que formam o povo brasileiro.

O IPHAN como órgão federal não pode se impor ao conhecimento da comunidade. O que estou falando a vocês é que, ainda que a historiografia silencie, nós temos a Arqueologia, com a sua materialidade que não vai permitir que isso seja silenciado. Então, o órgão não está conivente com o silenciamento. Só que nós temos que pensar que dentro do licenciamento ambiental o Iphan é consultado. Nós não somos um órgão ambiental. Nós somos um órgão cultural. Então, nós podemos dar ou não anuência às licenças.

Como nós temos o bairro do Bixiga com grande potencial histórico e não só ele, mas como toda a obra, nós solicitamos o estudo arqueológico, mas existem alguns tramites processuais que a gente precisa deixar acontecer.

Tínhamos que liberar as licenças de instalação para que pudessem quebrar o asfalto, para que tivesse acesso ao extrato arqueológico.

Então, eu gostaria de apresentar a vocês como está o processo no Iphan para que

entendam que, no Brasil, não existe política de descarte de material arqueológico. Uma vez reconhecido como material arqueológico, não haverá a possibilidade de silenciamento da cultura negra no Bixiga, assim como também não há como silenciar esse movimento que vai tomando grandes proporções.

Dentro do Iphan, estamos com toda a preocupação em termos um olhar não de imposição. Estamos colocando a Arqueologia como ciência metodológica, em que o Quilombo do Saracura sofreu uma sobreposição de aterro de mais de três metros.

Hoje, a Arqueologia como ciência nos permite fazer uma separação do que veio do aterro do que pode ser do Quilombo. É para isso que a ciência serve. Ela está a serviço da comunidade, a serviço da sociedade. A ciência não é uma imposição.

Nós trabalhamos com uma Arqueologia pós-colonial e com a formação das identidades brasileiras. Não adianta pensar em São Paulo como uma cidade de bandeirantes ou uma cidade da revolução de 1932. São Paulo é uma cidade que tem tradição negra, que se utilizou da mão escrava para poder ter as grandes elites cafeicultores e, hoje, as elites bancárias.

Não podemos permitir que o órgão IPHAN silencie aquilo que a historiografia tem silenciado.

Nós estamos num programa de Arqueologia preventiva da linha 6, laranja do metrô de São Paulo, salvamento emergencial na área do sítio Saracura, Estação 14 Bis, Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

O processo junto ao IPHAN é o 01506005549/2014-76. Esse é um processo público. Não há nenhum documento dentro do processo que esteja fechado. Aquele que quiser acessar, no final, eu coloco na minha apresentação o *link*. Para quem quiser acessar, colocar o *link* diretamente no navegador que consegue acessar o processo.

Sobre o patrimônio arqueológico e a caracterização do sítio arqueológico. O patrimônio arqueológico é bem cultural, acautelado em âmbito federal e integram o patrimônio cultural material representado por vestígios e os lugares relacionados aos grupos humanos pretéritos responsáveis pela formação identitária da sociedade brasileira, formado por sítios

arqueológicos, peças avulsas, coleções e acervos que, podendo ser classificados em bens móveis e imóveis.

Esse patrimônio objeto de estudo da Arqueologia é formado pelos vestígios materiais e suas informações associadas, como, por exemplo, na disposição desses vestígios, nas paisagens, nas formas adotadas para ocupação do espaço, nas relações e os contextos adotados para ocupação do espaço, nas relações e os contextos ambientais selecionados para tal, sendo que o conjunto dessas informações formam o sítio arqueológico.

Dessa forma, diferentemente do que muitos imaginam, a Arqueologia não é uma atividade de caça ao tesouro, não sendo comum o encontro de peças integras e afins. Ao contrário, é extremamente comum que os vestígios arqueológicos estejam fragmentados, demandando estudo para sua reconstituição e compreensão.

Breve histórico da legislação brasileira.

Então, nós recorremos a nossa Carta Magna, nossa Carta Máxima que é a Constituição Brasileira de 1988. Trago alguns artigos de lei que protegem o patrimônio cultural brasileiro, representado pelo Iphan, responsável pela gestão do patrimônio cultural arqueológico.

Art. 20. São bens da União.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Nós temos um tempo para cumprir a nossa audiência. Eu pediria que deixasse a sua apresentação disponível, não só para a Comissão de Política Urbana, mas a todas as pessoas. Gostaria que se tivesse algo especial, algum gráfico.

A SRA. GLADYS MARY SANTOS SALES – Eu vou só falar de um modo geral. Os artigos 20, 23, 215, 216 são os mais importantes quando pensamos em patrimônio.

- Oradora passa a se referir a imagens compartilhadas virtualmente.

A SRA. GLADYS MARY SANTOS SALES – O IPHAN assegurado como instituição de proteção ao patrimônio, a partir do artigo 216.

Os vestígios do Quilombo Saracura – nós temos uma Portaria. A Portaria 316/2019, exige que se reconheça o sítio arqueológico antes de que possamos fazer o seu salvamento e

resgate. Hoje, ele está reconhecido como patrimônio da União e está sob salvaguarda das leis federais.

Estágio atual da pesquisa arqueológica na área atual da Estação 14 Bis.

Estamos falando que se fez uma escavação com uma profundidade de aproximadamente de três metros de profundidade e se chegou ao que achamos que seja o extrato geológico antrópico do que seja do quilombo.

Então, a obra está parada para poder fazer a contenção, porque é uma área muito abaixo do nível do solo. Precisamos da contenção para podermos fazer o estudo arqueológico.

Pode passar.

Quando vocês trouxeram essas questões, nós fizemos uma fiscalização na área. Onde é o sítio Saracura, a área em verde, o que seria a poligonal, o sítio. Temos as áreas em vermelho, as áreas de concentração de material, em azul, temos a área da obra do metrô,

Fizemos a fiscalização e averiguamos que há extratos geológicos de aterro. Então, não é ainda extrato arqueológico.

Pode passar.

Nós temos algumas justificativas para a não preservação *in situ*, uma delas é porque nós precisamos fiscalizar o material e fazermos uma triagem daquilo que veio do Quilombo ou daquilo que é do aterro. É necessário que se tire da terra esse material, que se faça uma curadoria, que se passe por um arqueólogo e se veja a situação do material por associação. Não vamos falar do material que veio do aterro porque não pertence ao Quilombo.

A manutenção do acervo nas proximidades da antiga área do Quilombo. A lei federal diz que, quando se tem um processo de arqueologia preventiva, se tem que colocar o acervo na unidade da federação, preferencialmente, de onde foi feito o estudo e próximo aos herdeiros desse material.

Há, também, uma possibilidade na lei de que, não havendo esse tipo de instituição, que seja criada. Então, há um aparato legal para que possamos reivindicar, e o que for do alcance do IPHAN, será feito.

Sobre as políticas afirmativas do IPHAN e representatividade na análise, como eu disse a vocês, acho muito importante a manifestação desse grupo porque, realmente, enquanto tiver um grupo observando a sua cultura, a sua memória nunca será perdida. Ali sempre será lembrado como espaço de memória e de resistência.

Nós colocamos o Iphan à disposição. Nós não estamos para impor, mas, sim, para ouvi-los e pensarmos dentro da legislação vigente o que é possível reivindicar, o que podemos fazer enquanto órgão. Temos em consideração que uma parte do trabalho arqueológico se chama educação patrimonial, quando dá para se ter o contato, apropriação e ressignificação desse material.

Garanto a vocês que hoje a área está paralisada e que não há nenhum risco ao material. Também estamos com todo o material dentro do site do Iphan, bem como o processo que é público. Estão lá todas as fotos, relatórios, pareceres, de acesso público. Podem utilizar as imagens de acesso público, material que podem utilizar. A única coisa ruim é que ainda não está triado ou estudado, não dá para saberem se aquele material é do Quilombo ou não.

Estamos à disposição. Agradeço a todos pela paciência em me ouvir.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Sra. Gladys Sales, representante do IPHAN.

Quero chamar para compor a mesa o Sr. Luiz Ernani, representando o Museu Memória do Bixiga.

Vou quebrar o protocolo, porque a pessoa que vai falar não está na mesa, mas pediu para falar porque está representando a Faculdade Zumbi dos Palmares, a Coordenadora do Centro de Estudos e Pesquisa à Intolerância e Justiça Social, Sra. Cleide Aparecida Vitorino, que tem horário para estar na faculdade às 12h e pediu várias vezes para falar.

Em seguida, darei prosseguimento à audiência.

A SRA. CLEIDE APARECIDA VITORINO – Bom dia a todos e todas as pessoas, cada um com o seu acervo identitário. Sou moradora do Bixiga e nascida no Bixiga. (Palmas)

Faço parte da história do Bixiga pela Vai-Vai, pela Pastoral Afro da Arquidiocese, pela Pastoral da Aquirópita. É um momento muito importante para todos nós, residentes do centro de São Paulo.

Eu gostaria de pontuar algumas situações: o Bixiga, a região central, era periferia no Brasil Colonial e no Brasil Imperial, em que estavam os nossos antepassados que foram escravizados; nós temos, também, remanescentes dos Povos Originários. Se vocês olharem os nomes das ruas, são referentes à questão indígena tanto a nossa história pós-abolicionista, Rua da Abolição; Rua 13 de Maio; temos os nomes de vários abolicionistas e tem um que eu não vou citar porque ele, justamente, queimou todas as nossas documentações.

Sou coordenadora do Centro Avançado de Estudos e Pesquisas da Faculdade Zumbi dos Palmares e me coloco, em nome da Faculdade Zumbi dos Palmares, para fazer, justamente, essa questão do resgate à memória, à história, em razão não só do sítio do Saracura, mas, também, dessa São Paulo negra e invisibilizada.

Colocando a questão do processo do Iphan, vemos o registro cinco sítios arqueológicos, cada um com sua história, em razão da ancestralidade negra e está invisibilizada. Eu fiz a leitura desse processo. Eu tive a capacidade de abrir e ler ponta a ponta, quase duas mil páginas. Duas mil páginas que trazem a questão equivocada em razão da história, trazendo a questão da história europeia – não vou falar só dos italianos, mas europeia em razão de todos os sítios.

Também fui moradora da zona Norte. Trazendo esse registro, na zona Norte, também temos, como foi bem pontuado pela representante do sindicato dos metroviários, a presença negra, aquela que foi expulsa do centro.

Agradeço imensamente. Peço para acompanharem a Zumbi que tem o foco em razão da questão da história e do registro. Muita gente não sabe, mas o polo que vai discutir as ações afirmativas aconteceu no Bixiga com mais de 200 intelectuais que trabalharam essa questão, como nós temos a presença da nossa Arqueóloga que foi beneficiada em razão do regime de cotas.

Obrigada. Boa tarde. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada.

Ainda tenho cinco convidados, quatro *on-line* e um presencial. Após isso, abriremos para perguntas. Além dos convidados, há doze pessoas inscritas presencialmente e mais algumas *on-line*. Para que todos possam participar, daremos fala aos convidados e, depois, perguntas e inscritos.

Quero chamar, agora, o Sr. Fernando Hiromiti Maruyama, Coordenador das Relações Institucionais, representando o Sr. Marco Antonio Assalve, Secretário de Transportes Metropolitanos do Estado. (Pausa)

Enquanto resolvemos problema técnico no áudio do Sr. Fernando, quero chamar o Sr. Carlos Augusto Mattei Fagin, Presidente do Conselho de Defesa Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural do Estado de São Paulo, Condephaat. (Pausa)

Então, eu vou passar a palavra para o Sr. Luiz Ernani Mariano de Oliveira, do Mumbi, Museu Memória do Bixiga. Com a palavra por quatro minutos.

O SR. LUIZ ERNANI MARIANO DE OLIVEIRA – Olá. Meu nome é Luiz, algumas pessoas descobriram agora que eu me chamo Luiz. (Risos)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Foi o nome que me passaram, Luiz.

O SR. LUIZ ERNANI MARIANO DE OLIVEIRA – Todos me chamam de Tim. Sou Diretor do Museu Memória do Bixiga, estou com a Nádia, Rossellini, Claudia e tantos outros que participam e atuam fortemente no Museu.

O Museu foi criado por um descendente de europeus, o Armandinho do Bixiga, que foi um grande cara. Em 1981, ele criou o Museu. O Museu é uma instituição com 40 anos e, ao longo do tempo, a nossa função é tornar o Museu cada vez mais plural, contar realmente a história do Bixiga sob o ponto de vista de todos os povos que habitam o território. Durante muito tempo o Museu ficou relegado a uma história europeia, que não é um problema necessariamente, mas ela não conta a história real do Bixiga. Por isso a nossa função agora com o Museu é levar

essa história adiante e contá-la realmente mais plural.

Com a chegada do metrô, eu tenho acompanhado a Escola Vai-Vai muito de perto, eu vejo todas as lutas, porque todas as reuniões têm sido feitas no Museu: todas as reuniões de alas, de diretoria, principalmente antes do desfile, mas até agora. Aos poucos, o pequeno espaço que há no Museu, ele tem servido da quadra social do Museu.

Uma vez, numa brincadeira, eu disse para a secretária, a Miriam: “o Museu é a segunda casa da Vai-Vai” e ela falou assim: “ultimamente tem sido a primeira casa da Vai-Vai, porque nós estamos sem casa nenhuma.”

Conversando com o Clarício recentemente, ele me disse o seguinte, que a obra da quadra da Rua Marques de Leão com a Rua Rocha está parada de tal maneira, por causa de uma série de intervenções das pessoas que moram ali, existem dois hospitais próximos. Eles não querem, entraram com processo, com liminar, com embargo – não sei direito o nome técnico –, mas parou. Eles não querem nem a quadra social da Vai-Vai seja lá e não é o ensaio, o barulho, como dizem e tudo o mais.

E o trabalho social da Vai-Vai não é só um espaço de sociabilização das pessoas, mas é uma área prática, de questões sociais mesmo, de todo o trabalho social que a Vai-Vai faz e também uma área onde as pessoas se encontram, se reconhecem, se veem, conversam, decidem e fazem reuniões. E eu achei um absurdo isso, porque é gente que realmente não conhece a Escola, o que ela faz e ela está entranhada nas veias do Bixiga. Em todo lugar em que se vai, você vê a Vai-Vai, em todos os cantos do Bixiga.

Por isso eu queria chamar a atenção para esse apagamento, porque ele é muito mais aviltante do que simplesmente uma obra ou uma questão técnica. A Vai-Vai é chamada de O Quilombo do Samba. Eu me lembro de um samba da Vai-Vai que se chamava *Quilombo do Futuro*. E a Vai-Vai está sendo expulsa do seu quilombo ancestral, envolve o passado, o presente e o futuro. Estão apagando o Quilombo do Samba do quilombo ancestral e, desse jeito, não haverá quilombo futuro. E eu acredito que isso seja uma sistematização.

Eu queria atentar muito para essa questão de que não há, não pode haver, não

haverá a possibilidade de a Vai-Vai não estar no território do Bixiga. Ele tem de ser combatido com todas as nossas forças, com todas as autoridades e os órgãos que a gente puder acionar, porque a Vai-Vai não é apenas uma escola de samba, ou uma quadra, ou algo que seja material. É preciso pensar muito nesse patrimônio imaterial, inclusive transformar isso num patrimônio imaterial mesmo, para que isso seja protegido, que essa história seja protegida, que essa memória seja protegida, para que esse futuro seja protegido. Porque proteger a Vai-Vai no território do Bixiga é proteger o próprio samba.

Eu gostaria de atentar para isso. Nós temos uma luta fortíssima pela frente, que é manter a Vai-Vai no território do Bixiga. É isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada ao Luiz Ernani, que é mais conhecido como Tim.

Quero passar agora a presidência da audiência para a Vereadora Elaine do Quilombo, porque vou me ausentar rapidinho, eu já retorno e ela chamará os próximos inscritos.

- Assume a presidência a Sra. Elaine do Quilombo Periférico.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Vamos chamar novamente o Marco Antônio Assalve, que estava sem áudio, aliás era o Fernando Hiromiti. Há algum problema com o áudio do seu equipamento, não estamos conseguindo ouvi-lo. Assim que conseguir resolver o problema, a gente retorna.

Com a palavra Carlos Augusto Fagin, Presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, Condephaat. (Pausa) Ausente.

Vou seguir com a lista *on-line*. Com a palavra a Sra. Lúcia Juliani, que é da A Lasca Consultoria e Assessoria em Arqueologia.

A SRA. LÚCIA DE OLIVEIRA JULIANI – Bom dia. Bom dia a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Bom dia. Por favor, a senhora tem a fala por quatro minutos. Seja muito bem-vinda.

A SRA. LÚCIA DE OLIVEIRA JULIANI – Muito obrigada. Inicialmente, quero agradecer muito a oportunidade de participar deste debate tão rico a respeito de um tema que

nos é muito caro e muito importante, a pesquisa que estamos realizando. Acho que muita coisa de alta relevância já foi falada sobre a questão da representatividade do Sítio Arqueológico Saracura.

Gostaria, como Coordenadora Científica da pesquisa arqueológica, que está sendo realizada na Linha 6, de fazer uma apresentação para mostrar um pouco para todos os que estão assistindo a esta audiência pública.

Peço licença para entrar com imagens, para a apresentação das especificações do sítio arqueológico que foi encontrado na área, onde está sendo construída a Estação 14 Bis.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Lúcia, só um momento. Não sei se a secretaria preparou a apresentação.

A SRA. LÚCIA DE OLIVEIRA JULIANI – Eu fui orientada pela secretaria a compartilhar do meu computador.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Por favor.

A SRA. LÚCIA DE OLIVEIRA JULIANI – Muito obrigada.

- Oradora passa a se referir a imagens compartilhadas virtualmente.

A SRA. LÚCIA DE OLIVEIRA JULIANI – Eu fiz uma rápida apresentação, vou passar rapidamente porque sei que o tempo é curto. Não vou repetir coisas que já foram faladas, número de processo.

Eu queria dar os créditos à equipe que está trabalhando nesse projeto, porque eu sou a Coordenadora Geral, mas temos na coordenação Erendira e Piero também, todos arqueólogos. Viemos de uma formação no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP e, além dessa equipe de coordenação, há arqueólogas e arqueólogos que trabalham em campo, no escritório, no laboratório, uma equipe grande que participa desse projeto.

Para nos situarmos, a Estação 14 Bis está situada na região do Bixiga, bem ao Sul dessa linha, estamos trabalhando em toda a Linha 6 do metrô, acompanhando as obras e apresentando o Sítio Arqueológico Saracura, que foi localizado no Bixiga, no local historicamente indicado como de assentamento, desde o século XIX, do Quilombo Saracura.

Ele foi localizado durante o monitoramento arqueológico das obras, isto é, o acompanhamento, voltando ao que disse a Gladys, nossa arqueóloga do IPHAN. O IPHAN autorizou o início das obras, porque não haveria outra maneira de se conhecer o solo, que estava coberto por pavimentos e edificações. Quando se trabalha arqueologia em ambiente urbano, infelizmente não temos acesso ao solo antes de começarem as obras – que é muito melhor para a pesquisa arqueológica. Quando trabalhamos fora da cidade, nós fazemos esse trabalho com mais calma, sem ter máquinas e movimento de solo a nossa volta.

O que encontramos, por enquanto – e eu vou mostrar mais à frente –, são materiais do século XIX. Isso não quer dizer que só existam eles no terreno. A gente ainda tem uma amostra muito pequena, muito pequena mesmo, do que é o sítio arqueológico que está soterrado. Por quê? O Córrego Saracura está canalizado sob a Avenida Nove de Julho. Ele é um tributário do ribeirão Anhangabaú, formador do ribeirão, e a Nove de Julho, como outras avenidas de São Paulo que são conhecidas como avenidas de fundo de vale, sofreu intervenções urbanísticas no século XX, que modificaram muito a paisagem. Se olharmos imagens antigas do Vale do Saracura, percebemos – como acho que a Luciana falou no começo – que ali existiam colinas, na verdade, eram verdadeiros morros, vertentes bem acidentadas que marcavam a presença do córrego no fundo do vale. Vocês imaginam um relevo que hoje foi modificado e aplainado para receber avenida, Praça 14 Bis e toda aquela parafernália de estruturas urbanas que existem ali na região.

Outra imagem do Vale do Saracura, a gente não consegue localizar exatamente em relação às obras do metrô, mas percebemos a diferença da paisagem anterior à de hoje. Para entender, aqui um mapa de 1916, essa área mostra ainda uma ocupação incipiente, segundo a cartografia oficial, e eu acho isso porque ali já devia existir o assentamento do quilombo, mas era um assentamento espontâneo, não um assentamento como se considera com loteamento, ruas, quadras, ou seja, um assentamento um pouco diferenciado de um povo que veio de outra cultura e que estava acostumado a ocupar o espaço de uma forma diversa do que a cidade representa. Talvez uma distribuição mais espontânea mesmo de casas, quintais, terreiros e

ofícios.

Aqui representando o que é hoje a paisagem, a diferença, o aplainamento do território e conseqüentemente do solo original, onde se formou o Quilombo Saracura. A gente vê nesse mapa, que foi apresentado na tese da Sheila Schenck, o plano de urbanização do Bixiga com as primeiras ruas que se formaram. E, voltando nesse mapa, a gente percebe que esse mapa é posterior àquele plano e, sendo posterior, ainda não aparece esse arruamento, ou seja, ainda não estava plenamente instalado. Aqui o Córrego Saracura e, vindo para esta imagem, que é a atual da área.

Apenas para explicar para vocês, esse polígono verde é o polígono das paredes internas da Estação 14 Bis; o polígono amarelo é o que definimos como sítio arqueológico, pelos achados arqueológicos da pesquisa, que já começaram faz tempo, algumas prospecções e principalmente por ter uma área verde ainda parada, que acreditamos que existem vestígios. Essas linhas amarelas – que vou mostrar na próxima imagem – são os perfis geológicos do terreno e eu coloquei essa seta branca para situar vocês na próxima imagem. Aqui a seta branca mostra o que é o fundo de vale, que é essa região amarela abaulada.

Voltando um pouco, vocês percebem que são dois perfis geológicos, é uma mostra feita do terreno, duas linhas perpendiculares que se cruzam nesse ponto. Esses dois pontos foram aqueles que permitiram que nós definíssemos a presença do sítio arqueológico pela quantidade de material que apareceu, inclusive definimos essa área para escavação, porque é onde percebemos que se concentram materiais. Então temos mais chances de coletar informações relevantes na escavação arqueológica. Isso não quer dizer que a área está limitada, a gente pode expandir, talvez, depende dos achados que vamos fazer, é tudo ainda uma grande incógnita para a pesquisa, porque ainda não conhecemos o que está sob esse grande pacote de aterro, que é essa camada superior marrom. O solo original, o relevo do terreno, era esse amarelinho, formava o córrego e as margens do córrego, as duas vertentes do córrego, onde devia existir esse assentamento.

Esses são os dois pontos de coleta, que foram relevantes, principalmente o ponto 2,

que entre 1,80m e 2,20m de profundidade, nós encontramos uma quantidade significativa de artefatos, representados aqui por cerâmica, louça, vidro, material arqueofaunístico – que significa ossos de animais –, material de couro, principalmente associado à fabricação de sapatos e já pontua que estamos com vestígios possivelmente de um antigo ofício de sapateiro, madeira e outros. Um pouquinho das imagens da obra, aquele perfil que a Gladys, do IPHAN, mostrou que mostra os aterros – a foto dela está bem melhor que a minha.

Aqui também, atualmente, a construção dessas paredes de concreto, que estão sendo enterradas, para dar estabilidade para o terreno. Eu não consegui uma foto boa, mas a área que estaria aqui, entre essas paredes, que não aparecem muito e que vai ser escavada, ela precisa estar protegida pela estabilização de concreto, porque senão vai desabar tudo quando se começar a escavação. E a escavação, principalmente nessa foto, a gente mostra como se comporta esse solo ainda de aterro, e abaixo dele, que nós só alcançamos em locais muito pontuais, abaixo dele é que deve aparecer o solo original do terreno e talvez... A gente ainda não sabe se o alcançou nessas duas pequenas intervenções que foram feitas e que alcançaram o nível arqueológico, mas é abaixo desse pacote de solo irregular que nós devemos encontrar um solo mais homogêneo com evidências de uma ocupação humana no terreno.

Aqui uma pequena amostra do que encontramos. A equipe do movimento que nos visitou no escritório – e agradecemos a visita - teve oportunidade de ver a coleção toda. Eu quis mostrar uma pequena amostra para dizer para vocês que sabemos que estamos no século XX porque temos louças e vidros de fabricação nacional.

A indústria da louça, principalmente, é muito bem marcada. A gente começa a fabricar louça no Brasil na primeira década do século XX. Até o fim do século XIX, toda louça, louça branca, louça decorada que aparece nos contextos arqueológicos, e que existia e era usada pela população, independentemente de quem, era importada, nós não tínhamos fabricação nacional.

Então a gente sabe que quando aparecem esses vestígios de começo de século XIX, nós estamos numa ocupação do século XX. E por não aparecerem vestígios europeus, porque

eles continuavam vindo, e por aparecer uma louça mais simples, entendemos que estamos lidando com vestígios deixados, abandonados, descartados por uma população de poder aquisitivo menor, que é compatível com o bairro periférico do Quintal Era São Paulo e com o quilombo.

Nosso trabalho começou em julho de 2021, a gente começou a acompanhar as primeiras ações. Nós estamos na obra desde que iniciou, então nesse sete de 21 a gente estava acompanhando ainda demolição de imóveis. Assim que os imóveis foram demolidos nós tivemos acesso ao piso, fizemos as primeiras sondagens no terreno para tentar descobrir se tinha algo enterrado; percebemos que tinha solo de aterro.

As obras na 14 Bis foram interrompidas, a obra no resto da linha continuou, elas voltaram em março, quando nós fizemos mais prospecções e retomamos o acompanhamento da obra. Foi quando em abril encontramos esses vestígios entre 1,9m e 2,0m no primeiro ponto, e no outro bem mais profundo, 3,75m e 5,5m, nos permitiu registrar o sítio, proteger a área sobre a qual incide toda a legislação que a Gladys citou.

Então dizer para vocês que o sítio está protegido, ele não corre risco, porque tem toda uma legislação federal de proteção a ele. E nós estamos diariamente, em dois turnos, acompanhando as obras para que não aconteça nada fortuitamente de errado ao sítio arqueológico. Assumimos essa responsabilidade também.

Temos uma previsão de começar a escavação talvez em setembro ou outubro. Vai depender do encaminhamento da obra de estabilização. Existe um cronograma, mas nem sempre... Isso é a parte de engenharia, não é minha. Mas as obras sempre podem ter alguns percalços e atrasar um pouco o cronograma, o tipo de solo, presença de água, chuva, mil coisas que podem acontecer.

E dizer para vocês também que a pesquisa arqueológica, depois da escavação, escavando a gente vai coletar materiais arqueológicos, mas nós vamos registrar também estruturas, outras coisas que possam nos demonstrar o uso do território que estamos pesquisando. Todo esse material, os dados, sai para análise, a gente faz higienização do

material, catalogação e estuda. A pesquisa arqueológica, conforme o Iphan nos orienta e exige do arqueólogo que solicita uma autorização de pesquisa, inclui a análise do laboratório, todo um trabalho de laboratório de interpretação desse acervo com base nos dados de campo, nas próprias peças coletadas e em comparação com outros estudos.

Aí eu queria dizer para vocês que montamos uma equipe para o salvamento arqueológico, buscamos especialistas. Até por reivindicação do movimento, nós teremos três arqueólogos negros entre os quatro que estamos prevendo para campo, por enquanto; pode ser que outras pessoas sejam inseridas na equipa. E todos eles que já tiveram experiência com pesquisa em ambientes, em sítios arqueológicos derivados de quilombos, de terreiros, de senzalas, associadas ao povo negro. Inclusive um deles trabalhou na escavação do cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro. Então pessoas que estão acostumadas, familiarizadas com a materialidade que pode ser encontrada, com esse olhar.

Mais importante, também falar que toda pesquisa arqueológica, para ser autorizada pelo Iphan, tem que ter uma instituição de apoio, porque o material arqueológico é bem da União. Por ser bem da União, a lei diz que ele não pode ser mantido em mãos de particulares. Então a gente pesquisa, a gente como empresa de arqueologia pesquisa, retira, estuda e, depois de tudo pronto, a gente tem que entregar para uma instituição que vai receber o poder de guarda pelo IPHAN.

Então a gente já tem que indicar para o Iphan, antes da pesquisa, qual será a instituição. Então a gente solicita o apoio do DPH através do CASP, o CASP que é a nossa instituição de apoio, então por enquanto é a instituição indicada para receber o acervo arqueológico gerado por todas as pesquisas. É claro que isso é preliminar, tem que ter uma instituição com essa responsabilidade, mas existe desejo diferente, como disse a Gladys, tudo pode ser modificado.

Mas quero garantir para vocês, então, que esse acervo tem uma instituição importante e muita representativa da nossa cidade, que é o Departamento do Patrimônio Histórico Municipal.

Agradeço a todos. Estou à disposição.

- Assume a presidência a Sra. Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Sra. Lúcia Juliani, Diretora Técnica da empresa A Lasca Arqueologia e permissionária pesquisa junto ao IPHAN.

A pedido do movimento do Coletivo Saracura Vai-Vai, quero pedir para a Cíntia Gomes, que está presente *on-line*, compartilhar duas imagens importantes...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Não é para ela compartilhar as imagens agora?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Para a Cíntia Gomes compartilhar duas imagens, neste instante, que são imagens que dialogam com a apresentação da empresa.

A SRA. CÍNTIA GOMES – Bom dia a todas, todos e todes. Luciana e Gisele, essas imagens seriam exatamente quais?

A SRA. (Não identificada) – Acabei de te mandar, são aquelas imagens que a gente buscou das quartinhas.

A SRA. CÍNTIA GOMES – Só um minuto, vou procurá-las aqui. A Gisele mandou, foi isso?

A SRA. GISELE BRITO – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Enquanto ela procura as imagens, eu passo para a próxima, por causa da questão do tempo.

Quero saber se o Sr. Fernando, que está representando a Secretaria Estadual de Transporte, consegue agora falar conosco. Sr. Fernando? (Pausa) Sr. Fernando, o senhor já tentou tirar o fone para ver se é possível? Não? Não consegue? (Pausa)

A SRA. LUCIANA ARAÚJO – Se ele sair e entrar pelo celular, será que resolve?

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Se o Sr. Fernando quiser fazer uma chamada de vídeo para a nossa assessoria, pelo Whatsapp mesmo a nossa assessoria compartilha aqui. Também tem essa possibilidade.

A SRA. LUCIANA ARAÚJO – Última tentativa jornalística, apertar a tecla *function* e a tecla F11, porque pode ser que o seu áudio esteja bloqueado no teclado do *desktop*. (Pausa) Faz a tentativa agora, Sr. Fernando. (Pausa) Não.

NÃO IDENTIFICADA – Eu estou escutando muito baixo o Sr. Fernando.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Ele não está conseguindo falar.

Cíntia, você já conseguiu localizar as imagens para compartilhar?

A SRA. CINTIA GOMES – Já, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Então, Sr. Fernando, aguarda um momentinho que a Cíntia vai compartilhar as imagens e logo após eu chamo o senhor novamente.

A SRA. CINTIA GOMES – Só um minuto. Acho que estou conseguindo compartilhar.
- Oradora compartilha imagens virtualmente.

A SRA. GISELE BRITO – A gente pediu para compartilhar essa imagem porque acho que todo mundo aqui precisa ter esse repertório. A gente viu as imagens que A Lasca enviou e é muito importante que a gente tenha em mente esse tipo de repertório visual, de cultura, de significados. Se a Cíntia puder mandar o outro também. Porque muitas vezes é fácil, pela forma como o racismo estrutura inclusive no nosso imaginário, nas nossas referências, que a gente olhe aquelas imagens e não consiga associá-las a uma cultura afro-brasileira. Então é muito importante que a gente olhe para aquelas imagens e pense na possibilidade de elas... Ah, sim, são assentamentos de candomblé ou de umbanda, não sei exatamente; são objetos que existem até hoje na cultura dessas religiões de matriz africana e que a gente sabe que são continuidades de um tempo. Então quando a gente está olhando para aquelas peças de cerâmica, a gente está imaginando isso aí e não mesas bem postas ou, enfim, jantares; a gente está imaginando isso.

(Palmas)

A SRA. CINTIA GOMES – São quartinhas.

A SRA. GISELE BRITO – Aquele pedaço que parece um vaso parece uma coisa bem mais importante para a gente.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Gisele. Obrigada, Cíntia, por compartilhar as imagens.

Quero retornar para ver se é possível que o Sr. Fernando fale. Se não for possível, Sr. Fernando, eu proponho que o senhor grave um vídeo ou uma chamada de áudio, que o senhor fale sem a imagem. (Pausa) A gente escutou muito pouquinho.

Eu quero pedir para a assessoria tentar resolver com ele, para eu poder dar seguimento aos convidados. Vou chamar a próxima convidada, que está representando a nossa mandata, Bancada Feminista do PSol, a Covereadora Carolina Iara, que está aqui na mesa para falar por quatro minutos. (Palmas)

A SRA. CAROLINA IARA – Obrigada, Sílvia.

Cumprimento as minhas companheiras da Bancada Feminista em nome da Sílvia, Elaine e todo o Quilombo Periférico e todas, todos e todes presentes.

A minha contribuição é mais no sentido de pensar, como parlamentar e como antropóloga também, como a gente está num momento, na cidade de São Paulo, de higienismo mesmo. Então a gente está enfrentando, na Câmara Municipal, que é uma Câmara bandeirante, desde 1560, que no Salão Nobre ainda tem as pinturas bandeirantes, escravocratas e que ficou anos e anos sem ter mulheres negras ocupando os espaços, os mandatos, e que só tinha tido duas, que eram a Teodosina Ribeiro e depois a Claudete, antes de a gente entrar.

Esse espaço do centro da Cidade atualmente está numa disputa eugênica, numa disputa higienista de expulsão das populações negra, indígena e LGBTQIA. Então a gente está enfrentando isso e eu acho que é importante esta audiência estar acontecendo hoje, estar acontecendo antes do período eleitoral e estar acontecendo na Casa Legislativa mais antiga do País, a Câmara Municipal de São Paulo, porque nós estamos num processo de gentrificação,

num processo da especulação imobiliária ditar as normas do Plano Diretor na Casa e também ditar o que pode e o que não pode ficar no Centro de São Paulo.

Então quando o Tim fala sobre a Vai-Vai não conseguir uma nova sede, nós estamos dizendo que justamente a especulação imobiliária, as elites e a classe média alta branca da região central, da Bela Vista, do Bixiga, da Paulista não querem que a população negra continue com os seus signos, com os seus símbolos e com sua cultura nesse espaço geográfico.

Do mesmo modo que a gente teve que fazer uma luta intensa no Largo do Arouche para que as LGBTQIA não fossem expulsas do quadrilátero da República após 70 anos de ocupação daquele espaço, 70 anos ininterruptos de ocupação daquele espaço. E são LGBTQIA negras, e são LGBTQIA imigrantes e população hetero imigrante também.

Inclusive o Bixiga tem sido um guarda-chuva acolhedor dessa população imigrante africana também, então é um quilombo do presente, é um quilombo LGBTQIA, porque também as LGBTQIAs ficam morando na República e no Bixiga. Muitas vezes expulsas de casa, elas e eles vão para esses dois bairros, numa tentativa de reconstrução de suas vidas, muitas vezes em grupo, em pensões etc., e muitas vezes sozinhas.

Então quando a gente fala de uma valorização de uma estação que é um símbolo, um marco antropológico desde que as ferrovias foram colocadas como meios de transporte, então é um polo aglutinador de fabricação de cultura, um polo aglutinador de trânsito das pessoas e de referência. E aí se a gente tira essas referências negras e coloca as referências ítalas, como diz Sueli Carneiro, as referências ítalas dominantes... Quando eu falo ítalo, estou falando de eurocentrismo e estou falando de elite, de burguesia, não estou falando dos italianos trabalhadores pobres que chegaram aqui, estou falando do que se transformou aqui em São Paulo.

Então nós vamos precisar e estamos colocando nossa mandata da Bancada Feminista à disposição dessa luta, de a estação ter o nome Saracura Vai-Vai, que é o nome que nós achamos importantíssimo pelo seu valor histórico, mas pelo seu valor presente. Como antropóloga, quero lembrar da importância do presente, de as meninas pretas e meninos pretos,

os imigrantes olharem o nome Saracura Vai-Vai e dizerem: esse espaço geográfico é nosso, esse espaço geográfico é preto, é indígena, esse espaço geográfico é LGBTQIA. (Palmas)

Esse espaço geográfico não está tentando me expulsar para os fundões sem saneamento básico, sem transporte, sem direito, sem trabalho, como aconteceu com a minha família, que foi expulsa do Centro na época da minha avó e foi parar em Itaquera, e teve que ocupar Itaquera no extremo Leste de São Paulo. Assim como foi Cidade Tiradentes - não é, Elaine? -, de a gente ter sido expulsa daqui e ter de ir para o extremo Leste.

Essa existência que vos fala de Itaquera volta para a Câmara Municipal em bando, com a Bancada Feminista, e em bando com todas as coletividades, desde a Vai-Vai, desde o Museu do Bixiga, desde o Coletivo Saracura Vai-Vai e tantos outros e outras que estão aqui, para restabelecer a ordem preta desse rolê aqui na Bela Vista.

A gente está cansada de sermos expulsas desses espaços. Nós estamos vendo o nosso povo andar de lá para cá com o estouro da Cracolândia nesses dois territórios. Aliás, nos três: Campos Elíseos, Bela Vista e República. Sendo expulsos, exterminados.

Nós precisamos repensar, por isso o apoio das instituições antropológicas e arqueológicas é importantíssimo para a validação dos territórios geográficos não como algo neutro, não como uma coisa em que as pessoas simplesmente estão, mas como territórios construídos através da luta histórica e da presente. Porque se existe hoje o bairro do Bixiga é porque muita gente preta o construiu, lutou para viver lá e lutou para que São Paulo existisse.

Do mesmo modo, lutou para que todos nós estivéssemos vivos, vivos e vives hoje. Se existe o Largo do Arouche é porque existiu um fenômeno, uma estrutura de luta que é nossa, que Beatriz Nascimento chama de quilombismo, assim como Abdias Nascimento, que foi a ocupação coletiva desses espaços geográficos.

Então a gente pode citar Roosevelt, Arouche, os nossos sambas no Bixiga, o Vai-Vai, as escolas de samba. Nós temos que unidos, unidas e unides representar isso simbolicamente na história, disputar a história e o presente.

Além do nome, nós temos sim de disputar esse memorial dentro da futura estação,

precisamos disputar que o sítio arqueológico não seja destruído, ver se existem mais sítios arqueológicos para que a especulação imobiliária não construa prédios e mais prédios, acabando com tudo de novo, soterra, literalmente, de novo. Acredito que esses instrumentos, seja na Câmara Municipal, seja na Alesp ou na Câmara Federal, precisam ser utilizados e o PSOL está à disposição para isso.

Obrigada. Bom dia. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Coveadora Carolina Iara, da Bancada Feminista do PSOL, nossa Bancada. Quero chamar agora, já temos um problema de tempo, a Cintia Gomes, assessora, representando o mandato da Vereadora Erika Hilton.

A SRA. CINTIA GOMES – Obrigada, Vereadora. Boa tarde a todas, todos e todes, cumprimento a Vereadora Sílvia Ferraro e todas as Coveadoras da Bancada Feminista, assim como a Vereadora Elaine do Quilombo Periférico, todas e todos Coveadores, as autoridades presentes e também meus colegas de militância do Movimento Saracura Vai-Vai.

Quero dizer que é muito importante, é uma alegria para nós a realização desta audiência. Trata-se de uma audiência possível a partir da ocupação desses mandatos, nesta Casa Legislativa, mas que também é triste que tenhamos que discutir, mais uma vez, na Cidade, a expulsão de população de populações em nome do que se chama progresso e modernidade.

Claro que, como já foi dito, a gente precisa do metrô, a população precisa de mais estações de metrô para se locomover, para chegar, conseguir realizar seus compromissos e ter o direito à Cidade, o direito à mobilidade urbana, mas é triste que isso aconteça de forma seletiva, sempre expulsando a população negra, populações que não são as detentoras da propriedade privada, que não têm o poder aquisitivo para fazer o enfrentamento, da forma como a Luciana bem falou, como foi feito no bairro de Higienópolis.

Não vou me alongar, sei que há muitas pessoas para participarem da audiência, mas quero lembrar que São Paulo é a maior cidade com população negra fora da África. Somos três milhões de pessoas negras, número inferior apenas a Lagos, na Nigéria. É a segunda cidade

com a maior população negra do mundo.

Muita gente não sabe disso, não conhece essa história exatamente por conta da invisibilização do nosso povo e pela preferência às narrativas que valorizam as imigrações europeias, notadamente a italiana, as imigrações asiáticas pelos bairros da cidade.

Obviamente, sem nenhum demérito a essas populações e suas contribuições para a cidade, mas destacando que a nossa história não pode ser apagada para se privilegiar e se contar outras histórias.

Sem me alongar muito, quero destacar que o mandato da Vereadora Érika Hilton, que estou aqui representando, nesta audiência, como Chefe de Gabinete, a pedido do Movimento Saracura Vai-Vai, nós enviamos o parecer técnico que foi elaborado por pesquisadores do Movimento, trazendo as suas considerações e reivindicações do Movimento, que já foram destacadas nesta audiência.

Enviamos esse parecer ao Metrô de São Paulo, para a A Lasca Arqueologia - cumprimento a Juliane que nos recebeu na semana passada - para verificar, pessoalmente, as peças, os achados durante a obra do Metrô. Também ao Ministério Público Federal, o Ministério Público do Estado de São Paulo, Iphan, Conpresp e Icomos Brasil.

Enviamos, por ofício, o pedido do Movimento Saracura Vai-Vai para mudança do nome da estação de 14 Bis para Saracura Vai-Vai, para a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Portanto, os órgãos que estiverem presentes na audiência que possam também se manifestarem sobre as comunicações já enviadas, pois, como destacou a Luciana no início da audiência, muitos deles disseram que não receberam, não foram notificados, não foram comunicados oficialmente. Essas comunicações já foram feitas não apenas pela Comissão da OAB como também por mandatos parlamentares como o nosso.

Muito obrigada. Agradeço a oportunidade da participação. Parabenizo pela realização da audiência. Vamos continuar acompanhando, mobilizadas, unidas, propositivas para alcançar todas as reivindicações do Movimento.

Boa tarde. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Cintia, representando o mandato da Vereadora Erika Hilton.

Passo a palavra à Vereadora Elaine do Quilombo Periférico.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO – Boa tarde.

Primeiro quero saudar todas as pessoas que estão na mesa, os que estão acompanhando a audiência e o Movimento Saracura Vai-Vai, porque é essa a articulação dos moradores do território, dos pesquisadores que nos faz, como Parlamentares da Câmara, servirmos como instrumentos para tentar ajudar na luta que o Movimento carrega.

Eu queria contar uma história, muito rapidamente, porque creio que ela fará sentido para nós. Em 1908, houve uma série de deslizamentos no território da Bela Vista, próximo da Rua Assembleia e da Rua Jandira. A cidade resolveu fazer um muro de contenção, que é o muro que vemos hoje da 23 de Maio, que as pessoas associaram com o nome de Arcos do Jânio.

Eles fizeram isso entre 1908 e 1913, construíram o arco que, na verdade, não era nenhuma peça arquitetônica, era só um muro de contenção das chuvas desses morros que nós já falamos.

Na frente desses arcos, foram construídos também algumas moradias. Na década de 30, 20 anos depois, resolveram que aquelas moradias precisavam ser retiradas porque queriam construir uma alça de acesso a 23 de Maio, que ligasse a Radial Leste, enfim, o que temos hoje ali. Não conseguiram fazer isso, eles até desapropriaram as pessoas que moravam lá, mas aquilo ficou abandonado e foi ocupado por famílias negras que foram morar naquele território. É aí que começa a parte da história que eu quero contar.

Em 1987, a minha família, meus pais moravam naquela rua, ou seja, Rua da Assembleia, naqueles predinhos, naqueles conjuntos que na época eram cortiços. Obviamente, a maioria das pessoas que morava naquele território era de população negra, trabalhadora do Centro de São Paulo.

A minha família tem outra história, conto outro dia, porque a minha mãe morava

também na Liberdade. A história desta cidade é a história da população negra.

Em 1987, enfim, eles conseguiram tirar as famílias daquele território, como já foi dito aqui muitas vezes, expulsar as famílias para alguns territórios da Cidade como Itaquera, Parque Santo Antonio, terra dos Racionais MCs, Cidade Tiradentes, que foi para onde a minha família foi em 1987.

Estou contando essa história porque os Arcos do Jânio não são um monumento. A Cidade não fez aquilo como monumento, tão pouco chamava Arcos do Jânio. Mas a Cidade tem uma facilidade imensa em reconhecer a história da população branca da Cidade.

A gente passa hoje por um muro de contenção e chama de Arcos do Jânio, mas ninguém diz que ali havia uma população preta que construiu a Cidade e morava naquele território. Então vamos lá para a Cidade Tiradentes.

Fui para lá com a minha família, em 1987, com várias outras famílias negras, dentre elas, a D. Kika Silva, a Lenny Blue, também a Débora Rosa, que são fundadoras, não só do MNU, como também do Bloco Afro Orixá, que é o primeiro bloco de afoxé de mulheres da cidade de São Paulo. São mulheres negras, moradoras da Cidade Tiradentes, criadoras do Movimento Negro Unificado.

Há algumas semanas, essas mulheres foram convidadas para uma mesa de debate, na Cidade Tiradentes, numa casa chamada Casa do Hip Hop, hoje, mas que é conhecida no bairro como a Casa da Fazenda, porque é o território onde se retirou uma fazenda de escravos.

A população Movimento de Cultura, da Cidade Tiradentes, na década de 90 fez uma luta para que aquilo não fosse totalmente apagado, sobrou uma casinha que hoje é a Casa de Cultura, a Casa do Hip Hop. Nesta casa, um grupo de teatro chamados Filhas da Dita.

Por que Filhas da Dita? Filhos da ditadura de mulheres negras de Cidade Tiradentes, que se denominaram assim, porque Cidade Tiradentes é um dos últimos conjuntos habitacionais construídos pelo BNH, projeto urbanístico da ditadura militar. Por isso, se denominam Filhas da Dita. Essas meninas fizeram uma mesa de debates com essas três mulheres, expulsas da região central da Cidade, da Bela Vista, do Bixiga, para contar essa história.

Fato é que começou o debate à mesa, a gente estava lá acompanhando, na primeira fala, a gestão da Casa de Cultura simplesmente encerra o debate e expulsa essas mulheres desta casa.

- Manifestação do público.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO – Expulsa... faz duas semanas. No Mês da Mulher Afro Latino-americana e Caribenha. Inclusive, era uma festividade do Mês da Mulher Afro Latino-americana e Caribenha.

A Casa de Cultura simplesmente falou: precisamos fechar, quero que vocês se levantem e saiam. Foi isso. Não adiantou ter uma Vereadora negra naquele espaço, ligar para a gestão da Casa de Cultura que não me atendeu, naquele momento. Ligar para a Secretaria, não adiantou. Fomos expulsas. O povo negro é resistência.

As meninas da Filhas da Dita levaram as mulheres para o espaço delas, que elas gestionam. Fizemos lá a atividade, foi maravilhosa, incrível.

Por que eu estou contando essa história? Veja bem, a gente ouviu nesta audiência, por parte do Poder Público, uma disposição incrível em nos ajudar, em ajudar o Movimento, é uma disposição genuína, aparentemente, dos profissionais da Secretaria de Cultura, do Iphan, todos os órgãos que vieram aqui nenhum se posicionou contra a preservação dessa memória.

O Abílio teve de ir embora. Ele é uma das pessoas que me abriu os olhos para o patrimônio, porque eu o conheci em Cidade Tiradentes, há muitos anos.

Eu não consigo entender por que se a gente tem uma disposição tão grande em preservar a história, a gente não consegue preservar?

Lá na Cidade Tiradentes a gente também tem um trilho de trem soterrado, que a companheira dos metroviários também citou. A gente tem a Fazenda da Biacica, ali em São Miguel, a Casa de Cultura, de Itaquera. O companheiro da Comissão da Verdade, a gente tem uma casa em Cidade Tiradentes, em Prestes Maia, que foi uma cela que serviu durante a ditadura militar. O Parque do Rodeio, que é um parque da Cidade Tiradentes, se você conversar com os moradores mais antigos, eles vão dizer que ali se praticava tiro ao alvo com as pessoas

que eram presas dentro dessas celas, durante a ditadura militar.

Onde está sendo contada essa história?

Esses organismos, o Poder Público que veio aqui, hoje, tão solícito e tão disposto a fazer o seu trabalho conta essa história em que lugar? Como a companheira aqui disse, eu não aprendi nada disso na escola. Nenhuma das palavras que eu usei aqui hoje eu aprendi na escola. A minha filha também não aprende, não pela escola. Onde está essa disposição?

Ontem a gente fez uma audiência pública, pois a gente está com uma experiência de fazer audiências públicas externas. Inclusive, a gente se coloca à disposição talvez a gente consiga fazer uma audiência pública no território do Bixiga. Se a gente consegue fazer audiência pública externa, consegue fazer à noite, nos horários em que mais pessoas participem.

Na audiência de ontem estava a Regina Lúcia, a Gisele estava também, a gente estava falando do território de Perus que também vai ter uma história semelhante da fábrica de cimento, dos trabalhadores de Perus. Enfim, a Cidade inteira tem essas histórias.

A Regina Lúcia nos lembrou muitas coisas, assim como um professor que nos lembrou muito sobre aquele território, disse uma coisa muito impressionante que a gente às vezes esquece, embora tenha ouvido muitas vezes. Trata-se da fala de Paulo Freire que diz: “A gente precisa trabalhar para que a distância do que a gente fala vá cada vez diminuindo para que cada vez ela se pareça com o que a gente faz.”

Quando a gente faz uma audiência pública, de fato, a gente está aqui para ouvir as pessoas. Como Poder Público, como Legislador, a gente está aqui para ouvir as pessoas. Mas a nossa tarefa não é apenas ouvir as pessoas, mas reduzir a distância entre o que a gente fala e o que a gente faz até que o que a gente fala vire a nossa prática. (Palmas)

Eu acho que hoje está aqui para agradecer a boa vontade do Poder Público que veio aqui dialogar com esse Movimento, mas o que a gente precisa é que o nosso discurso vire a nossa prática, formalizado, contado. Porque não queremos mais a nossa história contada apenas por nós, ela precisa ser a história da Cidade. Ela é a história da cidade.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Vereadora Elaine do Quilombo Periférico.

Há ainda duas pessoas, as últimas que são convidadas. Uma delas é o Sr. Fernando, que eu não sei se conseguiu resolver o problema técnico, a outra é a Sra. Natália Pontes, que está representando a Concessionária da Linha 6. (Pausa) Não estão presentes.

Peço, por favor, que passem o vídeo do Deputado Ivan Valente. Em seguida, ouviremos aos nossos inscritos.

- Apresentação audiovisual.

O SR. IVAN VALENTE – “Aqui é o Deputado Federal, Ivan Valente, do PSOL de São Paulo. O Bixiga é um lugar privilegiado para conhecer a história de São Paulo. O bairro é berço do Quilombo Saracura e da Escola de Samba Vai-Vai. O início das escavações da Linha Laranja do Metrô fez aflorar no local achados arqueológicos que remontam ao final do século XIX e início do XX, já avaliados por especialistas em Arqueologia como de alta relevância, tá? A população negra do Bixiga, em respeito à sua história e à sua origem quilombola se mobilizou e demandou o Judiciário e o Executivo também a paralisação temporária das obras, buscando preservar o local, até que uma equipe competente o avalie e permita a manutenção dos objetos no local. Até agora não houve resposta nenhuma das partes e as obras continuam. A população negra do Bixiga quer reconhecer, pesquisar e preservar a sua memória e, com isso, educar crianças e jovens sobre o seu passado e a sua riqueza cultural. Uma cidade justa pode e deve saber equilibrar o desenvolvimento e o investimento necessário em mobilidade urbana, com sua história e a preservação do seu patrimônio cultural. Nosso mandato está junto com essa população pelo seu direito à verdade, à memória e à justiça.”

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada ao Deputado Ivan Valente.

Eu acho que esses dois convidados não vão conseguir falar. Vou, então, passar aos inscritos. Antes, porém, gostaria de dizer que tem um representante, que eu não me recordo nome, da assessoria da Deputada Leci Brandão também.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Jorginho Saracura quer dar uma palavrinha, se puder? Ou, então, a gente passa para os inscitos e , depois, se ele retornar, a gente abre para ele. Eu estou mais preocupada com o tempo e de contemplar todas as pessoas que se inscreveram.

Então, queria chamar o Gilson Negão, que está representando Fala Negão, Fala Mulher, do Conen-São Paulo.

Com a palavra, Gilson Negão.

O SR. GILSON NEGÃO - Bom dia, todas e todos, companheirada presentes aqui presente nessa audiência importante.

Quero cumprimentar a mesa e os promotores desse evento, que é um evento muito importante e parabenizar as entidades do movimento negro presentes; nossos companheiros de luta de muito tempo. Muita coisa, muita luta, *né?*

E exaltar um pouquinho a nossa luta, a nossa história. Eu estava ouvindo várias manifestações, as pessoas se colocando sobre a história do Quilombo Saracura, a história da nossa luta na Bela Vista, Vai-Vai, Liberdade, que é uma luta muito antiga, que é onde o nosso povo morava. Não sei qual o significado, mas temos de estar sempre lembrando a nossa história, a nossa memória para os estudiosos. Temos que estar sempre contando a nossa história para os estudiosos, dizendo: “olha, a história ali é essa, a Bela Vista é isso, a Liberdade é isso, o Lavapés é isso. Volta e meia nós temos que estar vindo à Câmara dando aula, fazendo uma aula pública sobre a nossa história.

Por exemplo, o que eu vi aqui, acho que existe um consenso que aquilo é o núcleo Saracura Vai-Vai. Ninguém falou nada contra. Então, daqui para frente, eles nem podem voltar. Eu não vi ninguém defendendo a 14 Bis. Então, daqui para frente é Quilombo Saracura Vai-Vai. (Palmas)

Agora, nós temos que, também, pedir a preservação da nossa história, porque tem que ter um memorial que conte essa história da região. Tem que ter um memorial que conte a

história, porque as pessoas precisam conhecer a região. Precisam conhecer por que o Geraldo Filme, quando criança, era conhecido como “neguinho das marmitas”. O emprego que tinha naquela época era o de entregar marmita pela região ali. Então, nós não tínhamos um nome. Erámos conhecidos como “neguinho das marmitas”. E aí o Geraldo, depois, construiu história ali. Eu digo Geraldo, mas tem história muito antiga. Por exemplo, hoje é a Vai-Vai, mas antes era o Cai-Cai.

Aquela região da 23 de Maio – para a pessoa que não conhecem - só tinha campo de futebol. Era a região do Campo do Hélio e tal. O Cai-Cai, que era antecedente da Vai-ai, era Grêmio Recreativo Esportivo Cai-Cai, em que se ia jogar futebol e fazia o batuque na beira dos campos.

A preservação da história, da memória, quer dizer, a nossa história tem algumas coisas que as pessoas estão começando a entender. Está começando a ser mostrado, pelo menos. Quando escavam São Paulo, fazem aquelas escavações de três metros, isso quer dizer o quê? Eu morei no porão, na Liberdade. Se vocês passarem – eu acho interessante – pela Rua da Abolição, tem aqueles buraquinhos de 40 centímetros com grades. Aquilo era o porão onde nós morávamos. Não era para entrar água. Ali era o porão onde morávamos. Nós moramos naqueles porões todos ali. A nossa moradia era essa.

Quando você encontra alguns vestígios arqueológicos há três metros, é isso. É que nós morávamos a três metros de profundidade. Os brancos pisavam nas nossas cabeças. Mas, nós fazíamos a nossa história, nossas orações ali. Era importante.

Eu sou sambista, graças a Deus, e me formei dentro do samba. Conheci toda a história do meu povo dentro do samba, que eu acho que é onde conta a história da nossa origem e nossas coisas. E eu acho isso importante, porque a gente vê que em todo lugar que escavam, tem a nossa história. Tem lá na Liberdade, do Chaguinhas. Tem a nossa história lá. Tem a nossa história no Lavapés. Tem a nossa história na Várzea do Carmo, onde as negras, as lavadeiras de ganho, ganhavam a sua vida lavando roupa. Tem a nossa história em tudo quanto é lugar. Tem a nossa história no Centro de São Paulo, onde as negras ganhavam a sua vida vendendo

os seus quitutes e que deram origem à transição do trabalho escravo ao trabalho formal.

Então, tudo isso é importante. Para as entidades que estão aqui é importante relembramos essa luta, inclusive, ficar registrado na Câmara Municipal de São Paulo. É muito importante essa audiência, inclusive, a história que a companheira do IPHAN que contou e apresentou para nós, infelizmente, não tivemos tempo de ver e acompanhar tudo, mas vamos pegar, vamos ler, passar para o nosso povo, porque isso é fundamental e importante. A nossa história é muito fundamental.

Essa colocação da história que foi apontada para nós, aqui, é muito fundamental para que as pessoas conheçam, de que tem história negra dentro desse país, desse território nosso.

Fico agradecido a vocês de coração. Parabéns a vocês por essa história. Estamos juntos nessa luta também, porque sabemos que se a gente não tiver representante nosso no Parlamento, a nossa história nunca é reconhecido.

Muito obrigado a todos vocês. Um axé! (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada Sr. Gilson Negão.

Queria chamara agora o Thiago Moliani, assessor do Vereador Professor Toninho Vespoli, que se inscreveu.

O SR. THIAGO MOLIANI – Obrigado.

Gente, depois de toda essa apresentação, eu não tenho muito o que complementar, exceto destacar alguns pontos que até a Vereadora Carolina colocou: como o mercado se comporta e como mercado vê a região?

Próximo a essas estações, tanto da Saracura, como as outras nessa linha, são estações que o mercado vê uma valorização imobiliária gigante e, quanto a isso, o mandato está com atenção. Principalmente, no Bixiga, uma região central, que está ali e o mercado olha. Ela está paralisada no tempo, como eles pensam, por causa do tombamento. É uma região que eles olham com uma reserva de mercado futura gigantesca. Até por isso, todos esses problemas da manutenção da Vai-Vai, todos esses problemas em identificar uma história anterior, a história

branca que ali se estabeleceu posteriormente. Isso nós vamos acompanhar a fundo do mandato, inclusive, pensando no Plano Diretor, que está em vias de sair mesmo.

Também lembrando que não é a primeira vez que o Metrô faz isso: de sítios arqueológicos serem simplesmente passados por cima. Só nas escavações dessa Linha foram encontrados oitos sítios arqueológicos. Nós tivemos, há algum tempo, no tubo de ventilação do Jardim Têxtil, uma completa obliteração de um local marcado pelo IPHAN como sítio arqueológico também.

Então nós temos um histórico já anterior, ou seja, não é nenhuma surpresa que sempre existe um sítio arqueológico onde o Metrô está passando, como também não é nenhuma surpresa que eles não venham aqui para conversar e dialogar. Sempre alegam que não têm ofícios, sempre alegam que não tem nada formal. Existe aí já um histórico de simplesmente fazer o básico para justificar burocraticamente, mas ignorando completamente tudo aquilo que a população do local reconhece como sua própria história.

Então acompanhar, acho que esse é um bom sentido para a gente caminhar e conte com a gente para qualquer coisa. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Thiago.
(Pausa)

A Sra. Paula quer fazer um esclarecimento.

A SRA. PAULA NISHIDA BASTOS – Thiago, só para te dar uma informação, esses oitos sítios que você mencionou foram resgatados, que é o termo que usamos. Eles foram escavados e o material arqueológico está indo para nós, lá no Centro de Arqueologia. Então tem...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PAULA NISHIDA BASTOS – É o licenciamento ambiental, né? O IPHAN pode explicar melhor, porque é obrigatório. Tem a instrução normativa do IPHAN, que obriga grandes obras a terem a contratação para fazer o EIA/Rima. Então, aparece mesmo a evidenciação, não só de sítios arqueológicos, como outros bens de interesse. e não só para o

Metrô. Aí são outras obras de grande porte também.

- Aparte fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Estamos em uma audiência pública e as pessoas precisam falar no seu tempo e no microfone, porque tudo é gravado, documentado. Eu pediria que depois vocês conversassem sobre esse tema.

Eu queria chamar a próxima, que é a. Rose Almeida, moradora do Bixiga.

A SRA. ROSE ALMEIDA - Boa tarde a todas, todos e todes.

A primeira coisa que eu queria evidenciar aqui e que me deixa muito feliz é de saber que efetivamente eu votei muito bem nas eleições. Queria agradecer à representação das mulheres negras que estão na Mesa, porque boa parte da minha fala já foi feita por elas.

Então, assim, é uma alegria muito grande quando você realmente percebe o sentido do que é votar e do que é você ter representação. Porque a gente precisa ter parceiros e parceiras na luta. Isso faz toda a diferença. Então meu muito obrigada e que fique registrado meu reconhecimento.

Uma das coisas importantes que eu queria evidenciar é que a gente está falando de um sítio arqueológico, que a muitos parece... Quando a gente fala quilombo, parece que a gente está falando do passado extremamente distante. Mas tudo isso - e eu acredito na força da espiritualidade - por isso acredito que não é por um acaso que este movimento surge com essa força. Ele tem a ver com a nossa vida neste presente.

E aí eu quero falar, principalmente para os gestores públicos que estão aqui presentes, os que estão *on-line* e os entrarão em contato com o resultado dessa audiência, que a construção de política pública deve ser feita com diálogo constante com nós, com este movimento, com estes movimentos.

Não podemos estar em uma relação que é de reivindicação ou de “vamos pensar se a gente pode atender ou não”. A construção de política pública - eu sou servidora pública - e enquanto servidores e servidoras públicas, temos que ser guardiões, guardiãs dessa perspectiva.

Então a fala da Elaine, do que aconteceu na Casa, isso é gravíssimo. Isso é gravíssimo. a partir de uma posição de um gestor, de uma gestora pública.

Muito bem. Falando do presente, falando do que nos afeta diretamente. Essa luta afeta diretamente a todos nós, enquanto viventes e sobreviventes nesse Brasil e, principalmente, a comunidade negra. Por quê? Não por um acaso a gente continua vivendo cotidianamente todas as sortes de opressões. Todas!

Então, a gente não tem que chegar aqui e ouvir as pessoas dizerem para a gente: “Ah, olha, eu estou sabendo agora dessa história. Ah, não sei muito bem”. Não, não dá gente. Desculpa, não dá. Não dá para você começar uma perspectiva de estudo arqueológico onde você não tem a premissa de que ali era um quilombo. Se você já tem a premissa, você tem obrigação de buscar as fontes referentes à religiosidade, à cultura quilombola. Então, não vai dar para falar que não tem essas informações, que não tem fontes.

Há tem uma série de pesquisadores e pesquisadoras negras. Você também tem pesquisadoras brancas, que também estão se esforçando para poder trazer mais para frente ainda essa história, mais para frente do significado, e significâncias. Então, não! Não!

Olha, é muito bonitinho falar que vidas negras importam e pôr fotinho em Facebook. Quero que me mostre isso efetivamente, no seu cotidiano do trabalho. E isso sendo mostrado, você tem um movimento do Bixiga, que têm inúmeras pessoas reunindo todas às segundas-feiras há mais de um mês, dois meses pelo menos.

A gente está aqui, eu não sou arqueóloga, sou cientista social. Tenho uma facilidade de entendimento? Tenho. Mas já aprendi muita coisa de arqueologia nesses dias. É obrigação da gente. P..., vocês também podem aprender sobre toda a cultura afro-brasileira, sobre toda a religiosidade e isso é essencial. E na perspectiva de construção de saber, que é o básico que a gente aprende na universidade, a gente parte de hipóteses e vai para confirmação.

Agora, eu não posso ter uma confirmação na minha cabeça e ficar procurando: “olha isso aqui confirma o que está na minha cabeça”; “este caquinho aqui confirma o que tá” Não! A descoberta e o estudo do Quilombo Saracura são essenciais para estudo da história desse país,

inclusive para construir premissas, para construir hipóteses que não foram dadas ainda.

Então isso aqui é de extrema relevância na perspectiva política, na perspectiva da ciência, na perspectiva da sobrevivência da gente enquanto pessoas que precisam ter reconhecido o seu direito de viver. Este país ainda não reconhece. Esse país é genocida. Esse país mata, principalmente, jovens e homens negros, todos os dias.

Então é deste ponto de partida, do ponto de partida que o quilombo existiu. Não estou aqui para competir com narrativas de italiano, de francês, de europeu. Não quero competir com nada disso.

Eu quero dizer que: não vou ficar aqui procurando o que tem de europeu no Bixiga. Eu vou procurar o que tem de afro. Por quê? Porque sou eu, somos nós, da nossa história que sofremos o apagamento. Se eu partir dessa perspectiva que há perspectiva da democracia racial falsa, mentirosa. Lutamos muito e continuamos lutando, para desconstruir nos discursos, a gente continua pautando as desigualdades e a desigualdade, inclusive, que está no apagamento.

Ora para você – e isso dá o sentido de cota, isso dá o sentido de política afirmativa. Ora, para eu poder rever, para eu poder realmente, a partir do mesmo lugar, eu vou ter que parar um pouquinho com esse meu eurocentrismo, que nossa! Dá muito sentido para as coisas e efetivamente colocar na linha de frente a perspectiva negra do mundo. É uma perspectiva essencial, de salvamento do mundo. Nós não estamos mais no momento que podemos abrir mão disso. A perspectiva negra no mundo é a nossa salvação.

A última coisa que eu gostaria de colocar, diretamente com relação a... as pessoas já falaram aqui da questão da especulação imobiliária e gentrificação. Efetivamente nós temos um problema seríssima com a construção do Metrô no Bixiga, hoje. As pessoas serão expulsas, se não tiver política cuidando disso. E as pessoas que vão ser expulsas não são donas de cantinas ricos que tiraram o Samba da 13, dizendo: “Ai! Afasta os meus clientes”. O samba de rua aberto, que todo mundo participava.

Eu sou moradora do Bixiga, então falo isso com propriedade, porque sei os meandros dessa história. (Palmas)

A questão, é que efetivamente vai repetir a história. A gente fala de como foi quando se tirou todo mundo e foi para Cidade Tiradentes. A Elaine trouxe aqui um pedaço da sua história, de sua família. Gente! Vai se repetir. Isso é estrutura racista.

Então é bonitinho? Já pôs no Facebook “sou antirracista”? Agora é ação antirracista. E ação antirracista é ação de construção de política pública, que vai lá e olha, e isto é função do Estado: trabalhar minimamente para diminuir e quiçá – não nesse estado capitalista, que eu não acredito – chegar a um momento de não desigualdade de oportunidades.

Então, era isso, gente. Obrigada, e desculpem se me estendi.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Rose. Antes de passar para a próxima, tem a palavra a Vereadora Elaine.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO – Quero pedir desculpas, porque preciso sair, não consigo ficar mais. Eu tinha me programado para ficar até a uma hora, mas a Mônica, que é da mandata, continuará aqui. Então, qualquer coisa a gente continua sempre à disposição.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Elaine, pela participação coletiva. (Palmas)

O Luiz quer dar um último recadinho antes de também sair.

O SR. LUIZ ERNANI MARIANO DE OLIVEIRA – Eu também preciso ir, o trabalho chama. Só gostaria de lembrar o seguinte, para complementar o que a Rose estava falando. O Museu Memória do Bixiga está na Rua dos Ingleses, paralela à Rua dos Franceses, que é perto da Rua dos Belgas (risos). E o que mais? Hungria. Está todo mundo lá.

Há também a seguinte questão: nosso bairro recebe duas estações. Ao pessoal do IPHAN e ao Sr. Fernando da Secretaria de Transporte Público: existe um impacto disso. Uma das coisas que nós como bairro, e não só como o movimento negro e Mobilização Saracura, queremos é começar uma mobilização também em relação ao nome Bela Vista. Assim como o Dr. Simon disse, há coisas que a gente não sabe: o nome do bairro como Bixiga vem antes de

Bela Vista. O Bixiga é hoje considerado um território da Bela Vista, é um bairro “não bairro”. E nós aqui raramente falamos da Bela Vista, a gente fala do Bixiga, porque o nome Bela Vista veio para apagar o nome Bixiga, que existia antes. Como “Bixiga” não era muito atrativo para especulação imobiliária lá atrás já, então se criou o nome de Bela Vista para ficar bonitinho. Existe a Estação Bela Vista, que fomos reivindicar que se chame Estação Bixiga, porque quando a gente fala sobre o Bixiga a gente fala um bairro que existe antes da Bela Vista.

Eu só queria apontar isso para a gente iniciar esse diálogo, puxado pelo Candinho. Acho que o Candinho já foi, mas ele é nosso grande puxador, nosso eterno *promoter* do bairro, ele cantou essa bola para a gente, que eu acho muito importante.

Então, gostaria de agradecer. Essa é a minha primeira audiência pública, estou meio tímido ainda, mesmo compondo a Mesa.

Agradeço imensamente o convite e vejo vocês segunda-feira no nosso querido Museu Memória do Bixiga.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Luiz, pela sua participação.

Chamo agora a próxima inscrita, Simone Nascimento, Coordenadora Nacional do MNU – Movimento Negro Unificado.

A SRA. SIMONE NASCIMENTO – Bom dia, gente.

Faço parte da Coordenação Nacional do Movimento Negro Unificado e também desse que é um movimento estadual da Bancada Feminista do PSOL, onde temos debatido também questões estaduais interligadas, esse que é um espaço de representação de muitos movimentos e lutas. Saúdo todos os presentes a esta audiência pública: Movimento Saracura Vai Vai, Vereadora Silvia da Bancada Feminista, Carolina Iara, Elaine do Quilombo Periférico e os demais movimentos e entidades negras presentes, como o Conen.

Para nós da Coordenação Nacional do Movimento Negro Unificado, esse é um assunto e uma luta que serve de exemplo para todo o País. E o recado que a gente dá para o

Poder Público hoje é: o que está acontecendo no Bixiga, no Vai-Vai, no Quilombo Saracura é algo de interesse nacional da população negra. Portanto, estamos hoje debatendo esse assunto na Câmara Municipal de São Paulo, mas desde já comunicamos aos poderes municipal e estadual que essa é uma luta de toda a população negra brasileira. Tudo o que está acontecendo aqui hoje é decisivo para a história do povo negro brasileiro.

A reflexão que convidamos o Poder Público a fazer é: isso aconteceria caso envolvesse outro segmento da população que habita o Brasil hoje? Caso estivéssemos falando de um território habitado por vítimas de outro ataque à humanidade? Isso aconteceria se envolvesse aqueles que descendem dos que foram atacados pelo nazismo? Isso aconteceria se envolvesse a comunidade italiana migrante, as comunidades que migraram para cá fugidas de guerras, a população não negra? Nós do movimento negro sabemos: isso não aconteceria.

Acabaram de citar o nome de muitas ruas nas imediações do museu. Isso nos traz a seguinte reflexão: ocupação de território, resistência coletiva, movimentos coletivos, movimento social, que, sabemos, se dá nos primórdios, com os quilombos, mas depois atravessa as ocupações urbanas, os cortiços, as moradias periféricas e faveladas, as escolas de samba, os grupos culturais. Quando a gente se auto-organiza como povo, a gente resiste a toda forma de opressão desse Estado que é racista e capitalista. Se existe população negra até hoje no Bixiga é porque o Vai Vai se instalou ali e construiu resistência negra. Se até hoje existe um cordão e outras manifestações culturais no Bixiga é porque a população negra resistiu. E há séculos se faz um movimento contrário, para que se continue a gentrificação e a “branquização” desse território.

Vou contar uma história. Ao lado do Anhangabaú há um chafariz. Antigamente existiam chafarizes em São Paulo para que a população que trabalhava e vivia em São Paulo pudesse beber água. Aquele chafariz ao lado do Anhangabaú foi o primeiro lugar onde se vendiam escravos. Não à toa, ao lado do Anhangabaú, um grande rio que abastecia esse chafariz e outros da cidade de São Paulo. Não à toa, o Bixiga é caminho de tudo isso até o Rio Saracura. Não à toa, muito provavelmente essas pessoas que foram escravizadas se rebelaram, fugiram e

construíram quilombos e resistências vieram dessa mesma história. E é óbvio que não é interessante para o Estado racista brasileiro que um jovem negro da Brasilândia - que nós do movimento negro o tempo todo repetimos que é a pequena África, porque é negra – pegue um metrô da Linha Laranja e saia lá do fundão da Brasilândia, onde a expectativa de morte foi maior na pandemia do coronavírus, ande por uma linha de metrô e se sinta pertencente quando chega ao centro, à estação que se chama Saracura Vai Vai. Sabem por que não é interessante? Porque ele vai questionar se ele não pode andar pela Cidade toda. Ele vai questionar se não só a Brasilândia pertence a ele, mas também o Bixiga. É por isso que eles apagam, nos tiram o direito de conhecimento da história. Isso é projeto de sociedade, uma sociedade que tenta nos aniquilar. É por isso que o movimento negro construiu lutas como a Lei de Ensino da História Negra e Indígena nas escolas, que não é aplicada pelo Estado genocida. A Constituição de 88 rege os nossos direitos patrimoniais, que não são aplicados pelo Estado genocida. A única forma de a gente conseguir travar nossas lutas e ter aplicabilidade dessas leis no Poder Público é a partir da mobilização social, da auto-organização e também dos nossos tribunais populares, que são esses lutadores e lutadoras que ocupam esse espaço também.

Hoje essa vitória em construção só vai ser possível a partir do Movimento Saracura Vai Vai. É por isso que ele se chama assim e é uma luta de todo o movimento negro brasileiro e das entidades públicas. As instituições precisam saber que o Brasil está olhando para o Bixiga como nós olhamos para o Cais do Valongo no Rio de Janeiro e para outros territórios. Isso vai servir de exemplo para que a gente consiga executar as nossas lutas e transformá-las em políticas públicas a partir da mobilização social.

stamos juntos. Contem com o MNU. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Simone Nascimento. Anuncio e chamo para falar a Deputada Monica Seixas, do PSOL.

A SRA. MONICA SEIXAS – Olá.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Se você quiser compor a Mesa, visto que chegou mais ao final, fique à vontade.

A SRA. MONICA SEIXAS – Tranquilo. Aliás, parabéns, gratidão pela audiência, pela organização, a você e a toda a Bancada Feminista; à Elaine e a todo o Quilombo Periférico e a todas as mulheres negras que compõem o Movimento Saracura Vai-Vai.

Meu nome é Mônica Seixas. Eu estou deputada estadual. Nosso mandato está acompanhando a movimentação e a auto-organização – isso é superimportante também - sobre identidade, autodeterminação dos povos, soberania. A organização do Movimento Saracura Vai Vai, o Guilherme, que está acompanhando toda essa jornada com a advogada Rosana Rufino, também faz parte da Comissão sobre a Verdade na Escravidão no Brasil. Me contaram que passou por aqui alguém representando a Secretaria de Transportes. O metrô é de responsabilidade deles.

- Manifestação no recinto.

A SRA. MONICA SEIXAS – Exatamente. Passou, mas não falou, em uma tentativa de não comunicação. As estações de metrô são de responsabilidade do Governo Estadual, que, após a passagem de João Dória, tornou todo o Estado uma grande mercadoria, além desse - bastante grave - mais um capítulo da história do apagamento e do assassinato da nossa memória enquanto povo preto na Cidade e no Estado de São Paulo, que também tem a ver com o direito de circular, de ser e de existir na Cidade. O Governo do Estado de São Paulo tem entregado as estações de metrô para a especulação de grandes negócios. Exemplo disso são as estações Japão-Liberdade, Carrão-Assaí Atacadista, Ultrafarma Saúde; tudo isso é um absurdo. A gente vem pautando e já entregou à Secretaria de Transportes todo o material de memória, histórico, apresentado aqui também pelo Condephaat, pelo IPHAN e todos os outros estudiosos locais; mas a gente quer uma reunião entre o movimento e a Secretaria de Transportes para pautar o nome dessa e de outras estações.

Outra questão também que vem batendo bastante na entrega da mercantilização do transporte é a falta de integração e a obrigação de você ir até uma loja de departamentos, agora, para retirar o Cartão Top. Tudo isso, a gente vai denunciar na Justiça também.

Há outra questão que é importante falar: provavelmente, essa obra não vai se findar

e ser inaugurada nessa gestão. Espero o compromisso de próximas gestões para que a gente não siga com apagamento do povo preto. Por isso, para além de exigir uma reunião entre a atual Secretaria de Transporte, o Movimento Saracura Vai-Vai e historiadores e estudiosos sobre o transporte, nós estamos entregando ao candidato Haddad um programa das mulheres pretas do Estado de São Paulo para que nós nos comprometamos com o mandato dele e ele também se comprometa com a causa e a história das mulheres pretas deste Estado. E, entre as coisas com as quais a gente quer que ele se comprometa, está a revisão do transporte e o Metrô do Estado de São Paulo.

Lembrar que na Saracura Vai-Vai, na estação de metrô onde existe um povo aquilombado é se comprometer com direito à memória do nosso passado e com o nosso futuro. Então, a gente quer dialogar com o Governo do presente; aí, estendo a toda organização um convite para a gente forçar para que essa reunião aconteça e para que aconteça essa entrega de documentos, que eles dizem não ter chegado, por mais que a gente tenha enviado. Queremos convidá-los a um diálogo com o Governo que a gente quer ver no futuro, para que se comprometa também com as faltas históricas com as mulheres negras do Estado de São Paulo. Fica minha saudação e estou à disposição do movimento. Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Deputado Estadual Monica Seixas.

Passo agora a palavra ao Giuliano Salvatore, que está representando o Vereador Eduardo Suplicy. Em seguida falará Pat Marinho.

O SR. GIULIANO SALVATORE – Boa tarde, gente.

Meu nome é Giuliano, represento o Vereador Eduardo Suplicy, que está se recuperando de uma cirurgia muito simples, já está bem, mas não pôde estar aqui hoje. Não tenho muito a acrescentar às demais falas, mas queria lembrar ao Movimento Saracura Vai-Vai e ao movimento pelo Parque do Rio Bixiga que somos parceiros nessa luta por recuperar e estabelecer o bairro do Bixiga como espaço do povo preto de São Paulo, o bairro mais popular do centro da Cidade, que não tem uma infraestrutura urbana que se equipare aos demais bairros.

Por exemplo, a luta pelo parque é uma luta por um parque em um bairro que tem a menor área verde por habitante da Cidade. Então, entendemos que a luta pelo Parque do Rio Bixiga é uma luta do Movimento Saracura Vai-Vai.

Acabamos de criar um grupo de trabalho com o Poder Executivo Municipal, e quero convidar os mandatos que estão hoje presentes para compor esse grupo conosco, que também é composto por Secretaria do Verde e Meio Ambiente, Secretaria de Cultura, Casa Civil, SP Urbanismo e Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, para que a gente caminhe rumo ao combate à especulação imobiliária, que quer se apropriar do que a gente considera uma das últimas porções de terra livre do bairro do Bixiga, nessa luta de 40 anos com o Grupo Silvio Santos. Ali, gostaríamos e pretendemos que exista um parque no bairro mais popular do centro, um bairro negro, que não tem equipamentos públicos, não tem uma infraestrutura que merece e que se equipare a outros, pois é uma região que tem sido alvo de especulação e sido tão renegada em relação a políticas públicas e estruturais da Cidade.

Fica o convite para os mandatos presentes e para a sociedade. O movimento do Parque do Rio Bixiga e o Movimento Saracura Vai Vai somos todos uma coisa só, a luta é uma, é uma luta antirracista, e a ação é necessária. Colocamo-nos à disposição como mandato para isso também.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Giuliano, representando o Vereador Eduardo Suplicy.

Chamo a próxima inscrita, Pat Marinho, antropóloga.

A SRA. PATRÍCIA MARINHO DE CARVALHO – Saúdo os meus mais velhos, saúdo os meus ancestrais. Que Pai Oxalá proteja todos nós. Meu nome é Patricia Marinho de Carvalho, conhecida como Pat Marinho, mulher negra. Sou “mina”, sou da periferia de da zona sul de São Paulo, hoje moro na zona Oeste, onde estou desde a década de 90, quando eu entrei na Universidade de São Paulo para cursar Ciências Sociais. Sou mãe de um homem negro, músico, cantor, sambista; o telefone para contato é... (risos no recinto).

Gente, eu sou arqueóloga. Antropóloga de formação, com Mestrado e Doutorado em Arqueologia pela Universidade de São Paulo. Durante 10 anos, trabalhei com comunidades remanescentes de quilombo no Vale do Guaporé, no Mato Grosso, e no meu doutorado eu trabalhei com um projeto de arqueologia colaborativa, que foi construído com a comunidade, porque eu já conhecia o povo lá, fui muito bem recebida, e eles aceitaram fazer o trabalho. No primeiro momento, eu trabalhei com árvores sagradas, plantas sagradas do candomblé.

Só um parêntese. Hoje em dia todo mundo está falando em arqueologia – arqueologia para lá, arqueologia para lá -, mas até pouco tempo a gente nem sabia direito o que que era arqueologia. Eu, quando entrei na Universidade de São Paulo, também não sabia, muito menos quando fui ao Museu de Arqueologia para fazer uma disciplina sobre estudos de arte africana. Lá eu tive um *insight* depois que fui a um terreiro de candomblé em Cotia, onde eu vi aquela árvore consagrada, com um laço bonito e tal. Eu trabalhava com comunidades afro religiosas estudando o significado simbólico das plantas. Eu pensava assim: “Arqueologia é muito legal, porque eu vou poder estudar a materialidade”, que é tudo aquilo que o ser humano produziu, tudo o que nós seres humanos produzimos. Aí, pensei: “Nossa, perfeito”. Porque se os documentos históricos sobre o nosso povo foram produzidos pelo escravista, por pessoas brancas, são carregados de preconceito, de racismo *etc.*, se eu tiver a oportunidade de estudar um artefato arqueológico que foi construído pelos meus ancestrais, eu vou trazer novas informações para a Arqueologia. Foi assim que eu entrei na Arqueologia.

Aí, pensei: “Fico estudando as plantas sagradas do candomblé” – e na época eu não era do santo, hoje sou umbandista – “mas tem tanta gente dentro que pode estudar isso e tal; eu quero dar uma materializada nas coisas”. Aí eu fui para o quilombo, fui parar lá em Vila Bela da Santíssima Trindade, na divisa com a Bolívia, porque eles já tinham uma experiência com a Arqueologia. Essa cidade foi a primeira capital do Mato Grosso, importantíssima para a população negra, uma cidade importantíssima, algo que a gente não aprende na escola, como nada a respeito dos nossos ancestrais.

Fui para Vila Bela fazer esse trabalho, estudar a significação simbólica de plantas.

Porque no doutorado eu defendia uma tese. Nós trabalhamos com o conceito de visibilidade arqueológica. Quando um sítio é mais fácil de ser reconhecido e quando ele é menos fácil de ser encontrado? Então, ele tem alta visibilidade quando se chega a um lugar, porque a primeira coisa que o arqueólogo faz é fazer uma vistoria, andar, ver tudo lá o que há e procurar aqueles lugares mais prováveis de ocupação humana, perto de rio, topo de morro etc. O arqueólogo chega lá, vê esses lugares e vai achar o arqueológico ali. Os sítios associados a contextos afrodiáspóricos são considerados de baixa visibilidade. Por quê? Por conta dos materiais. A gente pensa nos quilombos. Que tipos de materiais eram encontrados lá? A cerâmica, às vezes, se perpetua. Vai depender do solo também para conservação, que tipo de solo é aquele. Há vários fatores que influenciam na conservação desses materiais. E os materiais que os nossos ancestrais utilizavam são barro, para construir as casas, bambu, enfim, uma série de materiais que desaparecem no registro arqueológico. Só que eu defendi a tese de que não era o registro arqueológico das comunidades afrodescendentes que tinha baixa visibilidade. Quem tinha baixa visibilidade eram os arqueólogos e as arqueólogas que estavam pesquisando. Por quê? Porque eles são que nem a gente. Eu tenho 51 anos e eu nunca ouvir em quilombo quando eu estava na escola. Não é à toa que vai fazer vinte anos que a gente tem uma lei que exige o ensino de história afro-brasileira, africana e indígena nas escolas; mas alguns dos meus colegas da arqueologia também vêm de outro extrato social, mas aqueles que vêm da periferia são poucos, porque vocês sabem que a arqueologia é elitista. É por isso que quando se chega a A Lasca Arqueologia ou a qualquer empresa de arqueologia, provavelmente não vão achar muitos livros. Até acham, mas não há muitas coisas sobre o tema. Sim, estão sendo produzidas muitas coisas sobre isso. A minha tese está lá *on-line*.

Eu estou me colocando à disposição. Sobre a A Lasca Arqueologia, um movimento entrou em contato comigo, assim que eu cheguei a São Paulo, porque eu não estava aqui. Eu fiquei oito meses doente e afastada das minhas atividades. Eu estou retomando. Quando cheguei a São Paulo, a primeira coisa que o meu filho falou para mim foi: “Mãe, você viu o que aconteceu com a Vai-Vai?” E eu estava realmente totalmente por fora. Então, a partir daí, eu fiz um contato

peçoal com o movimento. Fui ao ato do dia dois, e estou aqui para a gente conversar sobre arqueologia. Recebi convite da empresa de arqueologia A Lasca, para participar da escavação. A Lúcia me procurou, dizendo que o movimento exigia a participação de afrodescendentes nas etapas de pesquisa. Eu falei que estou à disposição, mas eu não tenho ainda nenhum contrato assinado com o Alasca. Foram só conversas iniciais.

Já foi falado aqui sobre o projeto de educação patrimonial. Aí depois ela me chamou também para participar desse programa de educação patrimonial. Como eu trabalho de forma orgânica e colaborativa, eu já estou na pista, apesar de não ter sido contratada, porque eu sou uma militante. Então, eu já estou trabalhando e já estou me dedicando.

Só uma reflexão que eu queria trazer para o pessoal do movimento: Metro, Saracura e Vai-Vai. A gente pensa: Onde houve escravidão, houve quilombo. Então, São Paulo está debaixo e em cima também repleto de referências, e esse metrô está debaixo da terra. E, nesse metrô, as linhas se cruzam. Está tudo conectado. Eu não tinha visto ainda as peças, mas vocês viram a referência aos sapateiros? Mestre Ananias, Casa Mestre Ananias da Bela Vista. Mestre Ananias foi sapateiro. Falo de um pensamento africanizado, porque eu sou da rede de arqueologia negra, da NegrArqueo, que é um grupo de arqueólogos negros. Vocês do movimento estão até trabalhando com Rossano, mas hoje eu estou aqui representando a rede também.

A africanização da arqueologia é o caminho. A gente só pode reafricanizar o pensamento porque a arqueologia tem um pensamento colonialista. Nunca vão olhar para a gente, e a maneira é essa, organizada. Eu acho que vocês deviam expandir o movimento Brasilândia. Olhem a importância da Brasilândia para a nossa história.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Muito obrigada. Há ainda alguns inscritos. Nós queremos mesmo que todas as pessoas possam ter o espaço aqui de fala.

Tem a palavra o Sr. João de Oliveira, Johnny, representante do Conen, Coordenação Nacional de Entidades Negras.

O SR. JOÃO DE OLIVEIRA – Motumba Axé. É dia de Oxalá hoje. É importante para nós. E que proteja os nossos caminhos.

Eu estou com 60 anos. Aqui, no Centro da Cidade, eu moro desde os anos 90. No meu casamento, eu comprei um apartamento nesse prédio, onde mora a família até hoje aí. Hoje eu moro na São João. Morei na Luís Barreto, esquina com a Manoel Dutra. Meu vizinho era o Tadeu. Morava ele a família dele lá. A primeira ala que eu desfilei lá atrás foi na Fuzuê 2, que é do Clarício. Há uma história longa lá. Anterior a isso, na zona Leste, eu tinha uma ala na Nenê, a ala Sorriso Negro. Depois que eu vim para o Centro, eu me casei. Muito distante, toda semana, ia para a Penha. Hoje eu sou parceiro há muito tempo lá em Itaquera, na zona Leste. Estamos juntos novamente. Eu estou no Flamengo lá também, na empresa Flamengo. A gente vê o quê? Umas coisas foram faladas aqui. Esse processo não é à toa. Está lá bonitinho, restaurado na Vila Itororó. É só atravessar, ir ao bico da Liberdade. Gastaram uma fortuna. Está lá. Restauraram bonitinho.

Na região da Luz, a Porto Seguro comprou tudo, comprou tudo. Vão expulsar todo mundo, porque ali há a Sala São Paulo, a Pinacoteca e a Portuguesa. Do outro lado da rua, há o Museu da Arte Sacra, pertinho da marginal. Não vai haver conversa. Esparramaram o pessoal da cracolândia à bala, e assim estão todos os dias. Todos os dias há a GCM e a PM. Agora estão usando o Garra, o GOE, para reprimir as pessoas duramente. Estão fazendo isso, para acabar com o pessoal literalmente, acabar com a vida. É um misto das coisas. Estão pegando pesado. Com os conselheiros de Saúde aqui da região Central junto com o meu amigo Marcos, há uma supervisão técnica da Sé. Há 40 mil pessoas em situação de rua aqui no Centro. Se vão às UBSs, não há AAS, não há remédio, não há médico, não há nada. Nós estamos fazendo uma luta inglória, nossos conselheiros. Essa é a realidade da região central da cidade.

Se começou a escurecer, não podem sair à rua. Na Praça da Sé, está intransitável. Aqui no Centro, além dessas passeatas para lá e para cá dos drogaditos, há também a garotada roubando celular de bicicleta. Passam lá e já estão lá na Bahia. O moleque é muito rápido. E moram todos ali pertinho. Na São João agora, entrou ali na Guaianases e na Timbiras. No outro dia, o moleque está trabalhando no McDonald's, no Habib's, entregando lanche. Quando escurece, ele já começa a pegar dinheiro na porta do *telemarketing*. Se se sai com o celular no

bolsinho e dá bom dia, já passam lá e levam o celular embora.

Então, quer dizer, há ataque à madeira de lei. No Bixiga, há um patrimônio material: madeira de lei. Agora é a Vai-Vai. Quer dizer, a coisa está complicada. Estão vindo para cima, mas não passarão. Onde está a Vai-Vai, ali há assentamento. A briga vai ser feia. Já está feia. Vai ficar muito mais pesada. Não vão passar o rolo em nós não. Não vão não, porque nós temos a presença aqui no plano terreno. Há também a presença muito forte no Axé. Nós vamos derrotar esse povo aí, com a força nossa e com a força dos Orixás. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada.

Tem a palavra o Sr. José Adão de Oliveira, representando aqui o Movimento Negro Unificado, último inscrito dos presentes. Depois eu vou chamar os inscritos *on-line*.

O SR. JOSÉ ADÃO DE OLIVEIRA – Bom, alguns aqui estiveram ontem no Largo São Francisco, na leitura da carta sobre a questão da garantia da cidadania e das eleições limpas, que vão ser. Sempre foram. Há outras interferências.

Foi feita uma carta, reproduzindo o momento de 1977, a partir da prisão, no ABC, de uma militante do movimento metalúrgico. Ela foi presa porque estava distribuindo panfletos, presa, torturada; e para garantia de sua vida, se fez um movimento, unindo movimentos dos trabalhadores e estudantil. Aí se deu origem a várias outras ações, que redundou na carta escrita pelo Gofredo da Silva Telles. E nós estávamos na leitura dessa carta. Então, foi muito significativo estar na leitura da carta de ontem. Significativo também foi haver centenas de entidades, e agora há mais de um milhão de assinaturas virtuais.

Eu quero ler aqui outra carta de um tempinho antes, de 1871: “Se algum dia, os respeitáveis juízes do Brasil esquecidos do respeito que devem à lei, e dos imprescindíveis deveres, que contraíram perante a moral e a nação, corrompidas pela venalidade ou pela ação deletéria do poder, abandonando a causa sacrossanta do Direito, e, por uma inexplicável aberração, faltarem com a devida justiça aos infelizes que sofrem escravidão indébita, eu, por minha própria conta, sem impetrar o auxílio de pessoa alguma, e sob minha única responsabilidade, aconselharei e promoverei não a insurreição - que é um crime - mas a

resistência, que é um virtude cívica. - Luiz Gama” (Palmas)

Essa carta ele publicou no *Correio Paulistano*, no dia 10 de novembro de 1871. Mas o jornal daqui da cidade de São Paulo, em 1907, referia aos moradores aqui do Quilombo Saracura, como descendentes escravizados, e colocava sobre a condição de vida dele, em 1907.

Aqui, no Centro, na reforma que foi feita pelo Prefeito de então, a igreja que estava, que estava lá desde 1700 e pouco, foi retirada para o outro lado do Vale do Anhangabaú, em 1903, e inaugurada em 1906. Saiu dali, da Praça Antônio Prado, que era o Prefeito de então, para o outro lado; mas, na outra reforma, um pouquinho depois, um pouquinho antes de Campos Elísios, essa igreja do Largo do Paissandu ia ser retirada para outro canto, mas houve resistência, e o pessoal conseguiu segurar. Houve resistência, resistência, que é o que Luiz Gama está colocando aqui, em 1871. Mas, em 1873, Luiz Gama foi a Itu, na convenção do Partido Republicano, para discutir a nova República. Luiz Gamara republicano. Não era monarquista, mas quando chegou lá, a abolição não estava na pauta. Ele falou: “Se não está na pauta a abolição”. Então, ele foi embora, em 1873.

Então, significa que esse pensamento de exclusão é uma constante, é uma constante, e aí eu lembro enquanto o Gilson estava dando o depoimento - ele é mineiro também e carrega muito da vivência. Não é um estudo, não é uma coisa universitária, é a fonte de quem viveu - que, nesse período de 2014, 2015, 2016, uma Prefeitura de Ribeirão Preto, se não me engano, disse: “O povo está sem ambulância. Não há dinheiro. E que tal a gente parar o Carnaval, de investir no Carnaval, comprar ambulância e depois retomar? Parou-se o investimento no Carnaval, em Ribeirão Preto. A ambulância foi comprada, mas, no ano seguinte, não houve a volta do Carnaval. Não houve a volta, não houve a volta, não houve a volta, mas, no mesmo ano de 2016, a Fabíola Cidral, da rádio CBN - eu ouvia muito a rádio CBN – colocou a seguinte questão: “E se, aqui, em São Paulo, em vez de investir no Carnaval, em samba tal, investir em outra coisa, como em Ribeirão Preto?” Eu falei: “Como? Ela está maluca? Como é que pode parar de investir no Carnaval, que é, além de arte e de cultura, um investimento de geração de muitos empregos, de muita renda? Aí, um mês depois, o então Prefeito colocou que

para cada um real investido em Carnaval, voltavam 40 reais para os cofres públicos. Então, retirar o Vai-Vai do local onde ele sempre esteve há muito tempo é um crime, não somente cultural, mas contra a própria economia do próprio município.

Aí como o Zélio colocou, somente o racismo explica isso, somente o racismo explica isso. E para isso, é necessário se voltar a questão do Luiz Gama e resistir a isso, chamar toda a cidadania aqui do município a se ombrear conosco nessa resistência.

Então, por isso eu fico muito feliz com a presença do DPH e do IPHAN. Infelizmente a empresa Acciona não fez uso da palavra. Infelizmente o Secretário de Transporte também não fez uso da palavra. Eu só não entendo por que nós estamos aqui, porque quando todo mundo está a favor, quem é contra nós? Eu não entendo, não entendo.

Então, eu concluo dizendo que, pela presença dos representantes nessa mesa e pela presença dos que estão virtualmente, primeiro, o memorial vai ser feito. Segundo, eu espero que a empresa repense e volte àquilo que ela colocou no jornal diário. Infelizmente o Claudinho foi embora. Em 2016, haveria um desvio e se preservaria a escola onde ela estava. E a empresa não ia fazer isso publicamente, sem que houvesse um estudo técnico em engenharia sobre isso.

Então, se ela colocou isso, em 2016, é porque isso era possível. Em Nova York, em Buenos Aires e em qualquer lugar da Europa, estão andando e encontram com um buraco, e aquele buraco é o metrô. Falo das estações Higienópolis e da Fradique Coutinho. Há vários exemplos onde há aquele buraco, a gente entra, há transporte e o resto continua ali.

Então, não há sentido a escola de samba Vai-Vai sair de onde ela está. Então, primeiro, que se preserve esse memorial. Segundo, que a empresa faça uma profunda reflexão sobre arte, cultura e patrimônio da cidade de São Paulo, e avalie a possibilidade de a escola de samba voltar inteirinha onde ela está, após a construção da estação do metrô. Segundo, em não sendo possível isso, devido os acordos que já foram feitos, que a sede social da escola de samba Vai-Vai fique onde ela está, em contrato para ficar.

Não aceitaremos qualquer outra decisão. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada.

Eu preciso chamar as pessoas que se inscreveram *on-line*. Acredito que a maioria não vai fazer uso da palavra, mas eu preciso chamá-las.

Tem a palavra a Sra. Fernanda de Paula. (Pausa) Cristina Maria Oca. (Pausa) A Cleide já falou; Antonio Zagato. (Pausa)

- Ruído na gravação. Transcrição prejudicada.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO CHINELATO ZAGATO - Estão me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) - Estamos ouvindo. Tem três minutos, tá Toni?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO CHINELATO ZAGATO - Tá certo. Boa tarde a todos, a todes, e todas, sou Toni Zagato.

Quero cumprimentar a Vereadora Sílvia da Bancada Feminista. Cumprimentar e agradecer profundamente as falas que me antecederam da população, da sociedade civil organizada, e dialogar com algumas delas com as quais eu aprendi, todas eu aprendi muito, em especial com a Luciana, com a Gisele, com a Vereadora Carol, com Jorginho (falha na transmissão)

Sou Arquiteto Urbanista, sou Servidor Público Estadual há 13 anos do Patrimônio Cultural, sou Especialista em Economia Urbana e Gestão Pública, sou Conselheiro Municipal de Política Urbana.

A contribuição que eu gostaria de trazer é a partir do licenciamento ambiental e da forma como a política urbana em São Paulo, e eu falo isso com a maior tranquilidade da experiência de 13 anos, e agora, por ser Conselheiro Municipal de Política Urbana no debate da revisão do Plano Diretor, que ela é, infelizmente, uma política urbana estruturalmente racista. E eu falo porque estruturalmente, porque ainda que os corpos que participam da tomada de decisão possam se afirmar antirracistas, a caneta deles continuam, nas suas tomadas de decisão...

- Gravação interrompida. Transcrição prejudicada.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO CHINELATO ZAGATO - ... privilegiam a lógica branca,

cristã, patriarcal, egocêntrica, e eu acho que esse evento é bastante sintomático, da Linha -6, no caso da Vai-Vai. Nós temos um problema de epistemologia, de produção de conhecimento, pois historicamente, como foi falado, feita por e para brancos.

Então quando temos isso, estamos silenciando a possibilidade de que outras narrativas estejam sendo veiculadas a partir das obras enquanto elas acontecem. E então eu trago um exemplo, e acho que é muito significativo, que nós ouçamos, quando não se refere de pessoas brancas para pessoas brancas, falando quando não se refere à memória branca, de se tratar de uma cidade informal, de uma cidade diferenciada, de um bairro diferenciado. É muito significativo que isso venha das pessoas que produzem decisões ou que participam desse processo de decisões.

Porque, parece que não ser branco, e as pessoas nunca se autoafirmam como brancas, elas falam como se estivessem numa entidade superior, metafísica, e não reconhecessem que elas também têm lugar que reproduz opressões e reproduz invisibilizações.

E o meu exemplo dialoga muito, que também foi falado, dialoga com esse caso da Linha-6 que é a descoberta de um potencial sítio arqueológico, que apareceu identificado nos mapas de 1850 da cidade de São Paulo, na Várzea do Carmo, no seu limite Norte, onde havia um porto, junto ao rio Tamanduateí, que era utilizado justamente para o descarte, para o embarque e desembarque de pessoas que estavam junto ao porto da Ladeira Porto Geral. E esse porto foi inteiramente desconfigurado, foram encontradas estacas de madeira de 3 a 4 metros de comprimento, alinhada como se fosse um píer mesmo, confirmando a hipóteses que aparecia nos mapas, e esse porto foi tratado oficialmente, e institucionalmente, infelizmente, como 'coisas enterradas'.

Quando vemos a perversão da palavra de um potencial sítio arqueológico, onde existem dezenas de estruturas de madeira enterradas e se afiguravam o que se supõe, e que se confirmaram, a partir das obras, como 'coisas enterradas', nós temos um problema gravíssimo que é: não reconhecer aquilo que a própria lei diz que é; e daí temos um problema de 'como proteger', porque se o cinismo perverte o que estamos reconhecendo, ele subtrai os sentidos. E,

se subtraímos os sentidos, a mesma forma que acontece no pátio do Pari, as peças, os itens de valor inestimável para a memória do povo negro brasileiro na cidade de São Paulo podem ser transfigurados de 'peças de valor arqueológico' para 'coisas enterradas', subtraindo todo o seu valor cultural, sem que possamos afirmar, eventualmente, a transformação.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) - Conclua, por favor.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO CHINELATO ZAGATO - Vou concluir. Eu acho que isso só está acontecendo porque temos uma lógica privatizante e privada orientando todos os processos de concessão, seja das infraestruturas e serviços das obras públicas para os 'privados' conduzirem como eles acham que deve.

Vou concluir, Vereadora, a pessoa que fez esse acompanhamento supostamente arqueológico tem, hoje, um site de *coach* e mora em Portugal. Acho que tem de ter um olhar muito cuidadoso, agora que tudo isso está acontecendo, porque o histórico tem contradições.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) - Obrigada, Antonio Zagato.

E a última inscrita era a Giovana Lacerda, mas não está presente.

Então vamos para o encerramento. Nossa audiência foi bastante longa, vamos completar quatro horas de audiência pública, mas conseguimos garantir que todas as pessoas que estiveram presentes, seja via inscrição *on-line*, seja via inscrição presencial, e também todos os nossos convidados pudessem falar e ter seu espaço de pronunciamento garantido nesse nosso evento.

Gostaríamos de partir para o encerramento porque não temos, realmente, mais tempo, e terminamos dizendo o seguinte: as reivindicações que vieram para essa audiência ficaram muito explícitas, muito nítidas, as quais são: a questão do memorial, da preservação, dos vestígios do Quilombo Saracura no território; além disso, que o nome da estação seja exatamente Saracura Vai-Vai, não existe nenhum motivo. Aliás, reforçaram que ninguém falou contra isso, então, se ninguém falou contra isso, estamos saindo dessa audiência com a expectativa de que isso realmente se concretize, lembrando as palavras que não valem só as

boas intenções, mas queremos ver a prática disso, e também uma preocupação , que foi colocada aqui em muitas falas, e que eu quero reforçar - pois da Comissão de Política Urbana e lutamos muito aqui, para que os projetos urbanísticos nessa cidade não expulsem, parem de expulsar a população negra e pobre do Centro da cidade.

Ontem, tivemos uma audiência pública sobre o PIU Central, que vai ser votado na semana que vem aqui na Câmara, e reforço que estamos lutando e batalhando para que, nesse projeto, não haja essa expulsão, essa gentrificação, e o território do Bexiga é vítima disso, não só agora, mas já há muito tempo, como também foi lembrado aqui em várias histórias, e nós não queremos mais isso, nós queremos é resistência, como o Adão falou muito bem, para que novas pessoas não sejam expulsas desse território. Pelo contrário, que possam retornar ao território, pois não gostaríamos de presenciar, já que é uma tristeza, quem está lá ver a Escola de Samba não podendo mais estar presente naquele local que, com certeza, ali estão os moradores remanescentes desse quilombo; pois o quilombo não deixou de existir; o quilombo continua existindo lá através dessas pessoas vivas.

Por tudo isso, gostaríamos muito de que as perguntas que o Movimento Coletivo Saracura Vai-Vai enviou para os órgãos responsáveis, inclusive para o IPHAN através da Comissão da OAB, pudessem ter respostas, porque, até agora, o ofício foi enviado - via OAB - não foi respondido. Então gostaria que isso se encaminhasse, a partir dessa audiência pública, e também gostaríamos de saber - não vai dar tempo de saber agora - mas gostaríamos que o IPHAN retornasse, para a Comissão de Política Urbana, porque o documento de 28 de julho está sem acesso, sem a transparência, está fechado. Portanto, além da resposta, que esse documento tenha um retorno do porquê está fechado.

Depois, na primeira reunião de Política Urbana nosso mandato vai encaminhar um ofício também para que o IPHAN possa fazer esse retorno de forma oficial para nós.

Quero agradecer a todas as pessoas que participaram, que fizeram dessa audiência uma construção coletiva. Demais o Movimento Coletivo Saracura Vai -Vai, pois está sendo protagonista de toda essa luta, de toda essa resistência. Nosso mandato foi um instrumento

disso, está a serviço desse Movimento.

Nada mais havendo a ser tratado, dou por encerrada essa Audiência Pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Tenham todas, todos e todes uma boa tarde. (Palmas)
